

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

**Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento:
Uma análise sobre os limites e potencialidades da iniciativa da Cresol no
município de Águas Mornas - SC**

Stéfani Tamara Pérez

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
Curso de Agronomia da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do Grau de
Bacharel em Agronomia.
Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Búrigo

Florianópolis -SC
Novembro de 2017

Stéfani Tamara Pérez

Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento:
Uma análise sobre os limites e potencialidades da iniciativa da Cresol no município
de Águas Mornas - SC

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
Curso de Agronomia da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do Grau de
Bacharel em Agronomia.
Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Búrigo

Florianópolis -SC
Novembro de 2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tamara Pérez, Stéfani

Programa Agentes Comunitários do Desenvolvimento
: uma análise sobre os limites e potencialidades da
iniciativa da Cresol no município de Águas Mornas -
SC / Stéfani Tamara Pérez ; orientador, Fabio
Luiz Búrigo, 2017.

78 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Ciências Agrárias, Graduação em Agronomia,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Agronomia. 2. educação. 3. participação. 4.
cooperativismo. I. Luiz Búrigo, Fabio . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Agronomia. III. Título.

Stéfani Tamara Pérez

Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento:

**Uma análise sobre os limites e potencialidades da iniciativa da Cresol no município de Águas
Mornas - SC**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Agronomia” e aprovada em sua forma final pelo Curso de Agronomia.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2017.

Prof. Dr. Paulo César Poliseli
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.º Dr.º Fábio Luiz Búrigo
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.º Dr.º Gabriel Murad Velloso Ferreira
Universidade Federal de Santa Maria

Eng. Agrônomo Luiz Carlos Pizzolo da Silva.
Universidade Federal de Santa Catarina

Pedagoga Adriana Volles
Cresol

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por sempre estar por perto quando precisei de fé e ter me proporcionado uma vida maravilhosa junto à minha família.

Aos meus Pais, Luzia e Enrique, pelo amor e educação que me deram, por sempre me mostrarem o caminho do bem e me incentivarem a estudar e batalhar pelos meus sonhos. E por acreditarem em mim, quando nem eu mesma acreditava mais. Vocês são o meu propósito.

Aos meus amigos e namorado, pelas palavras de apoio e paciência, por estarem comigo nas horas difíceis.

À Universidade Federal de Santa Catarina, na qual estudei por muitos anos e aprendi inúmeras coisas para a vida e vivi momentos felizes.

Ao meu orientador Fábio Luiz Búrgo, por me mostrar o caminho, acreditar em mim, me aconselhar e estar presente me incentivando de alguma forma, para que eu me desenvolvesse como pessoa.

À todos da Cresol Águas Mornas, Cresol UAD SC, Cresol Baser e Infocos, que me abriram as portas não só para realização deste trabalho, mas para a concretização de muitos desejos profissionais e pessoais sou grata a essa oportunidade que me foi concedida na empresa. A caminhada está apenas começando.

Agradeço à todos que contribuíram de alguma forma para conclusão deste trabalho. Vocês fizeram a diferença na minha vida.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central analisar os processos educativos cooperativistas realizados pela cooperativa Cresol Águas Mornas, localizada no litoral catarinense, especificamente no que tange o Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento e sua relação com o fortalecimento do cooperativismo e conseqüente desenvolvimento da comunidade. Para o alcance desse objetivo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete Agentes, ou seja, cooperados vinculados à Cresol Águas Mornas e atuantes no Programa em questão, e com seis idealizadores deste Programa. Como principal resultado encontrou-se que o Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento poderia ter função transformadora, devido sua relevância na vida do próprio Agente, se fosse bem aproveitada pela cooperativa que o realiza. Com a pesquisa realizada observou-se um desencontro de ideias no qual os Agentes dizem não ser ouvidos, ou que a sua opinião não está sendo levada em consideração nas instâncias da cooperativa, enquanto que os dirigentes e idealizadores do Programa dizem querer ouvi-los para melhor conhecer as necessidades da comunidade. Por ser executado com base em teorias educacionais, ainda que apresente limitações no que se refere à participação efetiva dos Agentes em sua operacionalização, este poderia ser um programa chave para o desenvolvimento da sociedade local e da cooperativa que realiza e o operacionaliza, já que possibilita a proximidade com o quadro social, como observado na pesquisa.

Palavras-chave: Educação. Participação. Cooperativismo.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the cooperative educational processes carried out by the Cresol Aguas Mornas cooperative, located in the Santa Catarina coast, specifically in relation to the Community Development Agents Program and its relation with the strengthening of cooperativism and the consequent development of the community. To reach this objective, semi-structured interviews were conducted with seven Agents, that is, cooperators linked to Cresol Águas Mornas and acting in the Program in question, and with six idealizers of this Program. As a main result it was found that the Community Agents of Development Program could have a transforming function, due to its relevance in the life of the Agent itself, if it was well utilized by the cooperative that does it. The research carried out revealed a mismatch of ideas in which the Agents say they are not being heard or that their opinion is not being taken into account in the instances of the cooperative, while the leaders and idealizers of the Program say they want to listen to them better understand the needs of the community. Because it is executed based on educational theories, although it presents limitations regarding the effective participation of the Agents in its operationalization, this could be a key program for the development of the local society and of the cooperative that realizes and the operative it, since it makes possible the proximity to the social status, as observed in the research.

Index Terms: Education. Participation. Cooperativism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distinções entre o modelo tradicional (educação bancária) e o modelo dialógico (educação libertadora).....	25
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI - Aliança Cooperativa Internacional

ASSESSOAR - Associação de Estudos, Assistência e Orientação Rural

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDS - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

FCR - Fundo de Crédito Rotativo

INFOCOS - Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário

LEMATE – Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 BREVE EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO E DE SEUS MODELOS DE GOVERNANÇA.....	16
2.1 A GESTÃO SOCIAL E ECONÔMICA DAS COOPERATIVAS.....	21
3 AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA	24
3.1 A EDUCAÇÃO NA COOPERATIVA.....	25
3.2 O PRINCÍPIO COOPERATIVISTA DA EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO, E SUAS PRINCIPAIS DISTINÇÕES.....	29
4 O SISTEMA CRESOL E A COOPERATIVA DE ÁGUAS MORNAS	33
4.1 OS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA CRESOL	34
5 PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: EVOLUÇÃO E LIMITAÇÕES	36
5.1 METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO.....	38
5.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA EFETUADA SOBRE O PROGRAMA AGENTES	39
5.2.1 Importância e benefícios do programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento na visão dos seus participantes e dos seus idealizadores.....	39
5.2.2 Compreensão dos objetivos do Programa pelos participantes e idealizadores.....	41
5.2.3 Retorno do Programa Agentes para a Cresol.....	44
5.2.4 O Programa Agentes, de acordo com o quinto princípio do cooperativismo, e sua distinção de caráter educativo, formativo e informativo.....	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
7 REFERÊNCIAS.....	51
8 APÊNDICE I.....	54
9 APÊNDICE II	55

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios o humano é um ser competitivo por natureza. Aprende-se a viver assim, para o bem da sua própria sobrevivência. Há tempos remotos, o ser humano, quando caçador, também competia com os outros a sua volta para ter comida e outros objetos de primeira necessidade. Ao mesmo tempo, em outras situações, esse mesmo ser se aliava a outros humanos, desenvolvendo estratégias de cooperação para alcançar algo de interesse comum. Lutar para compatibilizar esse instinto competitivo e aprimorar os laços de cooperação é um desafio que se mantém atual. Hoje, as bases dessa competitividade começam já na fase infantil, estimulada pelo próprio sistema de educação estabelecido na maioria das escolas de séries iniciais. As melhores notas nas avaliações escritas muitas vezes recebem destaques, e as escolas atribuem certificados e premiações aos melhores alunos. Nesse contexto, o trabalho em grupo torna-se apenas um complemento de nota, visto como favorável para o professor que possuirá menor quantidade de folhas para correção.

Esquece-se, então, do processo de aprendizagem que o aluno terá em grupo para sua vida, o que acontecerá independente da sua nota final. Trabalhar em equipe, ouvir e saber aceitar opiniões contrárias às suas são coisas essenciais para a vida adulta. São questões ensinadas apenas pela “escola da vida”. Porém, a escola formal pode desenvolver iniciativas para aprimorar uma preparação menos competitiva, fortalecendo as bases para de uma educação mais cooperativa. Essa preparação será de grande valia para a formação pessoal do estudante e para a sua vida adulta. Os processos, muitas vezes lentos e graduais, que compõem essa formação dependem das pessoas que estão à frente das turmas, como professores, coordenadores e diretores de escolas, no entanto estes também podem ser influenciados pelo sistema de ensino limitador.

Até agora se desconhece outra forma melhor de mudar as atitudes das pessoas que não seja por meio da educação, da ampliação de seu conhecimento. Por isso, a cooperação e educação atuam em conjunto. A cooperativa cria espaços para debate, aprendizagem e troca de saberes. E é devido a isso que este espaço se mostra importante para formação de um indivíduo como cidadão.

A educação na cooperativa tem papel fundamental na construção de conhecimento, promoção de valores e convivência social. Os cooperados, ao se educarem para a cooperação, geram aprendizagem necessária aos fins do trabalho coletivo. De acordo com o quinto princípio do cooperativismo, criado em 1844 pelos Pioneiros de Rochdale, na Inglaterra, e seguido até hoje, as cooperativas necessitam prestar educação, formação e informação aos

cooperados e comunidade. Assim, uma cooperativa que atua numa determinada região tem um compromisso intrínseco com os seus moradores: proporcionar conhecimento por meio de programas voltados para o desenvolvimento pessoal e coletivo. Seja no campo, ou na cidade.

No entanto há diferença quando se fala em um programa educacional e programa de formação. A formação leva ao cooperado conhecimento técnico e objetivo, para um fim. A educação proporciona além do conhecimento técnico, uma profunda reflexão sobre a realidade do próprio cooperado, no qual ele pode trazer elementos por meio da sua participação e trocar experiências com os demais cooperados.

Para que essa troca de saberes, a partir de ações educativas, aconteça de fato em uma cooperativa, os associados necessitam se identificar com a cooperativa. Sentir-se parte da cooperativa. O Programa institucional Agentes Comunitários de Desenvolvimento, criado pelo Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária Cresol Baser e seu coligado, o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos), evidencia a importância dessa identificação – essas duas organizações estão sediadas no município de Francisco Beltrão, no Estado do Paraná. A manutenção do Infocos é feita por meio de políticas de rateio de custos entre as cooperativas filiadas. O Instituto, atrelado a suas cooperativas filiadas, trabalha na perspectiva de prestação de serviços voltados especificamente ao fortalecimento do cooperativismo solidário. O Programa Agentes é financiado e executado por cooperativas locais, as chamadas de cooperativas singulares, ligadas ao Sistema Cresol. Essas cooperativas estão inseridas em diversas regiões do país.

De acordo com dados da Cresol Baser, atualmente 60 cooperativas singulares executam o Programa, envolvendo cerca de 1300 participantes, na sua maioria agricultores ou empreendedores rurais, denominados Agentes. Elaborado em 2000, o Programa tem o objetivo de constituir-se como uma referência entre quadro social e direção, como um elo entre a comunidade e a cooperativa, além de estimular a participação dos associados e formar lideranças. A ideia de sua criação surgiu com a necessidade de envolvimento das diretorias nas comunidades, para que a cooperativa pudesse conhecer melhor os anseios do cooperado e, por consequência, da sua comunidade.

Neste trabalho o recorte dado, é o de compreender os avanços e limites alcançados pelo Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento no que se refere ao fortalecimento do cooperativismo e desenvolvimento das comunidades, especificamente na região litorânea catarinense, por meio da cooperativa singular Cresol Águas Mornas. Atualmente a Cooperativa Águas Mornas é uma das maiores singulares do Sistema Cresol Baser, contando com cerca de 8.000 associados. Seu quadro social é composto por moradores de regiões próximas à sede ou de municípios da Grande Florianópolis onde ela já instalou nove postos de atendimento. Em 2017, a Cresol Águas Mornas criou mais um posto, o primeiro fora da

região, em decorrência do processo de incorporação de uma cooperativa já existente no município de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro.

Na atualidade, num contexto mais amplo, nota-se que muitas cooperativas encaminham-se para adoção e fortalecimento de um modelo de governança de natureza econômico-empresarial e fundamentado na ordem capitalista. Porém, ao pensar o futuro do cooperativismo, não há como dissociar o seu desenvolvimento econômico dos seus objetivos sociais e ambientais. Para alcançar esse objetivo e diferenciar-se dos bancos comerciais, a cooperativa de crédito precisa atuar próxima à sua base social. Uma das formas mais importantes para se refletir sobre as estratégias da cooperativa em relação ao seu futuro e alcançar essa aproximação com o quadro social é por meio dos programas de educação cooperativista. No entanto, as questões que se colocam nesse sentido são: para estimular a participação do cooperado, os Programas necessitam ser de cunho educacional ou formativo? E como esses Programas podem contribuir para o desenvolvimento da comunidade?

O objetivo principal deste trabalho é, portanto, analisar os processos educativos cooperativistas, e como contribuem para o fortalecimento do cooperativismo, e consequentemente para o desenvolvimento da comunidade.

Pretende, ainda, em seus objetivos específicos:

1) Tendo em conta a distinção entre o caráter educativo, formativo e informativo previstos no quinto princípio do cooperativismo, avaliar suas diferentes implicações na atuação das cooperativas;

2) Analisar o Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento desenvolvido pelo Sistema Cresol sob o ponto de vista da educação cooperativista e dos ideais do cooperativismo solidário;

3) Estudar o funcionamento prático do Programa Agentes na Cresol Águas Mornas, visando compreender seus potenciais e limites e discutir sua importância para o futuro da Cooperativa.

O tema educação cooperativista é de suma relevância para formação do Agrônomo na atualidade, pois este profissional necessita saber lidar com o desenvolvimento de pessoas dentro de empresas ou cooperativas, ramo este que cresce cada vez mais e precisa de profissionais que entendam não só da produção, mas das pessoas da agricultura. Para o cooperativismo, o tema relacionado a educação cooperativista torna-se essencial, uma vez que é pouco explorado na literatura, e no dia a dia do meio rural.

As razões pessoais para escolha deste tema partiram de uma disciplina realizada durante o início do curso de Agronomia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esta, chamada de Vivência em Agricultura Familiar, e outras disciplinas da área de Desenvolvimento Rural da UFSC, levaram a compreensão dos diferentes mundos vividos

entre o rural e o urbano. Depois a experiência se fortaleceu com o envolvimento como bolsista do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate), no qual aprofundou-se os estudos da realidade rural através da contribuição na elaboração da Série Retratos da Agricultura Familiar, incluso as viagens pelo laboratório para os locais interioranos. O contato constante com professores da área de Desenvolvimento Rural, muito ajudou no despertar pelo interesse no tema. A educação ao meu ver sempre foi um tema relevante e transformador, visto que desde pequena tive influencia por parte dos meus pais, que trabalham na área da educação. Por fim, a motivação de se aprofundar ainda mais no tema partiu da recente contratação pela Cooperativa Cresol Águas Mornas, para exercer o cargo de Analista de Formação, no qual estou lidando com os programas de educação cooperativista na prática, inclusive o Programa objeto de estudo deste trabalho, o Agentes Comunitários de Desenvolvimento. No entanto, existe o interesse em continuar avançando nos estudos em relação ao tema educação cooperativista, e contribuir ainda mais para o seu avanço.

Em termos metodológicos, essa pesquisa apresenta um caráter exploratório qualitativo. Embora tenha conversado informalmente com muito mais pessoas envolvidas com a experiência, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com treze pessoas no total. Sete das treze entrevistas aconteceram com os Agentes participantes do Programa da Cresol Águas Mornas, cujo como características deste público, tem-se agricultores familiares cooperados da Cresol, ou que possuem vínculo com a agricultura. Nos quais neste público entrevistado predomina jovens, tanto homens quanto mulheres. Dos doze Agentes participantes do Programa na Cresol Águas Mornas, sete responderam a esta pesquisa, ou seja, mais da metade do público em questão. Em contrapartida foi realizado também seis entrevistas com Idealizadores do Programa, que trabalham na Central Cresol Baser e no Infocos, com funções como coordenadores ou mesmo executores do Programa junto às comunidades. As entrevistas ocorreram no período de 25 de setembro a 09 de outubro de 2017. Também foi realizada uma revisão bibliográfica com base na literatura relacionada aos temas da educação cooperativista e do cooperativismo, bem como uma análise documental nos materiais elaborados pelo Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento, como cartilhas, manuais, apostilas e reportagens produzidas pelo Infocos e pelo Sistema Cresol Baser.

Este trabalho foi estruturado em 05 seções, para além da sua introdução. Na seção 01 o histórico do cooperativismo é retratado, bem como a atual governança cooperativa. Na seção 02 o tema de enfoque é a educação cooperativista, objeto de estudo desse trabalho. A seção 03, fala sobre o surgimento do Sistema Cresol e da cooperativa Cresol Águas Mornas. Já a seção 04 explora os objetivos do Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento, e os resultados e discussões realizados a partir das entrevistas com os participantes e idealizadores do Programa. A seção 05 encerra o trabalho com as principais conclusões.

2 BREVE EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO E DE SEUS MODELOS DE GOVERNANÇA

As primeiras formas de cooperação partiam da ação conjunta, busca coletiva por resolução de problemas, e podem ser encontradas desde muito tempo atrás. Mais especificamente na agricultura, ramo mais produtivo da economia durante muitos séculos, pode-se notar o desenvolvimento da cooperação (BÚRIGO, 2007).

A própria definição de cooperativa diz muito sobre o seu objetivo. De acordo com Hendges e Schneider (2006), o termo cooperar significa *cum operare*, ou seja, trabalhar com os outros. Consiste em lutar por um objetivo em comum, guiado por valores e princípios (HENDGES; SCHNEIDER, 2006).

Segundo Pinho (1966), os termos cooperar, cooperativa e cooperativismo partem da mesma origem e se relacionam, porém possuem significados distintos. A cooperação quer dizer atos conjuntos que visam um objetivo comum. Cooperativismo parte de uma ideologia, uma doutrina a ser seguida. Já a cooperativa é o órgão ou entidade formada por pessoas referenciadas pelos princípios do cooperativismo. Muito se vê, na prática, a cooperação sendo executada fora das cooperativas, visto que está presente em outros espaços, épocas e sociedades.

Na filosofia de organização da cooperativa, o fator trabalho se sobrepõe ao capital, visto que estes fatores são importantes para a consolidação da cooperativa, que oferece serviços a seus cooperados, satisfazendo suas necessidades.

A lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas no Brasil. Essa lei tem o intuito de demonstrar a essência do sistema cooperativista e segue em vigor até a data de criação deste trabalho. (RODRIGUES, 2012). Mesmo que tenham ocorrido mudanças na Constituição Federal de 1988 e no Código Civil Brasileiro, tal lei continua sendo a regulamentação específica das cooperativas. Embora em tese, a legislação deva sempre buscar proporcionar melhorias, no Brasil a lei maior do cooperativismo está ultrapassada. Isso acaba limitando a sua expansão, por estabelecer estruturas muito rígidas na organização de cooperativas (RECH, 2017). Vale ressaltar que não é tema deste trabalho explicar em detalhes essa temática jurídica, mas sim destacar como o sistema cooperativista, influenciado por esta lei, se apresenta atualmente no aspecto educativo.

As sociedades cooperativas nitidamente distinguem-se de sociedades comerciais (RODRIGUES, 2012). Segundo Daniel Rech (2017), juridicamente, o código civil ressaltou as cooperativas entre as sociedades simples, classificando-as como “sociedade de fins econômicos e sem fins lucrativos”. A legislação reconhece a finalidade econômica e empresarial da cooperativa, mas salienta a finalidade social voltada a seus integrantes e comunidade na qual se insere.

Na Idade Moderna, com a chegada da burguesia às instâncias governamentais dos países da Europa, o fator capital passou a se impor sobre o fator trabalho de forma bruta e desigual. Os camponeses, expulsos de suas terras, e os servos das cidades passaram a ser totalmente submissos aos ideais da burguesia da época. Surgiram assim muitos grupos descontentes com essa forma de viver e dispostos a articularem-se para resolver os problemas da dominação e exploração desenfreada da burguesia (RECH, 2017).

Historicamente, o cooperativismo formal teve início em meados do século XVII, durante a Revolução Industrial na Europa, quando os trabalhadores rurais foram atraídos pelas novas indústrias. Muitos migraram para a zona urbana, causando inchaços nas cidades e uma onda forte de desemprego, devido ao excesso de mão de obra barata (RECH, 2017).

Assim, todas as dificuldades já presentes na época, como as várias horas trabalhadas por dia e a desigualdade de direitos, intensificou-se, aumentando a exploração do trabalhador. A cooperação era vista como meio no qual os trabalhadores buscavam novas formas de superar os desafios, unindo-se uns aos outros, com a função de defender os seus interesses. A cooperação consagra os princípios básicos de liberdade humana, e a busca de melhores condições de trabalho e de vida (BURIGO, 2007).

Diante disso, o cooperativismo se constituiu como uma alternativa à ideia de solidariedade, em que o trabalhador participa dos resultados do seu trabalho. Segundo Rech (2017), duas correntes ideológicas passaram a orientar essa mudança: a vertente socialista, na qual os socialistas utópicos passaram a buscar soluções para a classe trabalhadora, frente ao capitalismo. E a vertente cristã, na qual tinha e ainda tem forte influência nas camadas sociais. Esta vertente era formada principalmente por pastores evangélicos, sacerdotes católicos e magistrados, que se fundamentavam no princípio de amor ao próximo (RECH, 2017).

No século XIX, ideias cooperativistas começaram a surgir com força em diversos países, como Inglaterra, França, Alemanha, Suécia, Emirados Árabes e outros. As formas mais avançadas do cooperativismo formais, as quais se possui registros, ocorreram na Inglaterra, em Rochdale, na cidade de Manchester. Em 1844, um grupo de 27 homens e uma mulher, todos tecelões, uniu-se para fundar uma cooperativa, respeitando seus costumes e tradições. Cansados de serem explorados por grandes indústrias da época, cultivavam a esperança da construção de uma nova sociedade. Assim, conseguiram comprar alimentos, remédios e vestuário, além de abrir as portas de um armazém cooperativo. Esta organização recebeu o nome de “Rochdale Society of Equitable Pioneers” (SILVA, 2015). Na sua estrutura, cada um dos 28 tecelões entrou na cooperativa colaborando com 1 libra. Após um ano, o capital desta organização chegou a 180 libras. Em uma década de funcionamento já tinham 1.400 associados (RECH, 2017).

Em Rochdale, foram admitidos princípios cooperativistas como um modelo de organização que, de acordo com Silva (2015), eram essenciais para o surgimento de novas cooperativas. Em

termos formais e informais, a maioria desses princípios perdura até os dias de hoje, orientando a criação e as ações das cooperativas em todo o mundo.

Como citado por Hendges e Schneider (2006), o primeiro dos princípios, a **adesão livre e voluntária**, refere-se à livre admissão de associados em uma cooperativa, na qual não é permitido nenhum tipo de discriminação para aceitação de membros numa cooperativa. No entanto, é importante que estes associados conheçam e respeitem a ideologia do movimento cooperativista ao qual estarão se vinculando.

A **gestão e controle democráticos** compõe um dos princípios que diferencia a cooperativa de uma empresa de ramo empresarial comum. Significa dizer que a cooperativa deve atender aos interesses e reivindicações dos seus cooperados. De regra, a participação dos sócios segue a premissa de “um sócio, um voto”, ou seja, cada sócio tem direito a apenas um voto, independentemente do capital financeiro investido na cooperativa. A participação do associado deve ser democrática nos espaços de discussões das questões concernentes à cooperativa, como assembleias, programas para comunidade e conselhos (HENDGES; SCHNEIDER, 2006).

O terceiro princípio, a **participação econômica dos sócios**, diz respeito ao capital de cada sócio investido na cooperativa, para que esta desenvolva suas reservas. Para que uma cooperativa inicie seus trabalhos, é necessário que os sócios apliquem um capital inicial, chamado de quota parte. De acordo com Rech (2017), o equilíbrio entre a capitalização e o benefício distribuído aos associados é um desafio atual para o desempenho das cooperativas, tendo em vista que essa se refere a uma sociedade sem fins lucrativos, a qual também realiza transações comerciais.

O quarto princípio, o de **autonomia e independência** refere-se à consolidação da cooperativa. A cooperativa não deve perder sua essência autônoma e nem depender de nenhuma outra organização. Mesmo quando ela estiver envolvida em projetos coletivos, estabelecidos com organizações públicas ou privadas, é essencial que se mantenha firme aos ideais cooperativos (HENDGES; SCHNEIDER, 2006).

Educação, formação e informação formam o quinto princípio do cooperativismo e são apresentados como tema central deste trabalho. De acordo com Hendges e Schneider (2006), apesar de não haver maior relevância entre um princípio e outro, este voltado à educação é a chamado de “regra de ouro”, uma vez que sujeitos educados e formados podem passar a entender melhor como funciona uma cooperativa. Ainda segundo os autores, a educação abre portas para a participação e senso crítico.

A integração a outras cooperativas, visando o fortalecimento do movimento e a intervenção na sociedade, é papel do sexto princípio do cooperativismo, a **intercooperação**. A atuação em conjunto com outras instâncias cooperativas, em um sentido mais amplo, possibilita transformar a sociedade como um todo.

Por fim, o sétimo princípio, mas não menos importante, é o **compromisso com a comunidade**. A cooperativa sempre deve ter uma relação muito próxima com a comunidade que se encontra. Os benefícios para seus cooperados e para a comunidade devem caminhar juntos, possibilitando resultados para ambos. Talvez aqui esteja o âmago da questão da solidariedade, especialmente em sociedades em que a desigualdade é muito elevada, como é o caso do Brasil.

Vale ressaltar que, em muitos países da Europa, especificamente em certas regiões da França, a cooperação foi um instrumento para a maior distribuição dos ganhos econômicos e o profundo desenvolvimento das sociedades. No Brasil, antes da década de 1990, a cooperação não foi encarada dessa forma, pois os programas governamentais não se traduziam em incentivos a empreendimentos que fortalecessem a economia de base solidária ou organizações criadas por um público de baixa renda. No meio rural, principalmente depois de políticas de apoio à agricultura familiar durante o final da década de 1990, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), pode-se dizer que o cooperativismo conseguiu se expandir junto a esse público (BÚRIGO, 2007).

A falta de políticas públicas voltadas à agricultura familiar fez com que esse público buscasse soluções alternativas, criando movimentos com objetivos comuns, se agrupando em sindicatos, associações e grupos. As cooperativas são heranças de lutas e de movimentos de organização social, que estão em constante transformação. Nos dias atuais, muitas cooperativas existentes são oriundas desse processo, em diferente ramos ou atividades, como o ramo agropecuário, crédito, consumo, habitacional, mineral e outros.

As cooperativas de crédito, que serão destaque neste trabalho, possibilitam àqueles que antes se viam excluídos do sistema financeiro tradicional uma oportunidade de acesso ao crédito e para aplicar suas economias, tornando-se uma ferramenta impulsionadora do desenvolvimento sustentável e local. Tem-se aqui o desenvolvimento sustentável como um elemento que busca satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das próximas gerações de satisfazerem suas próprias necessidades (REVISTA ECO, 2017). Na percepção de autores como Fleury (1980), durante muitas décadas, o Estado brasileiro tomou a frente no desenvolvimento de cooperativas a fim de ser um instrumento de acumulação privada de capital. Após 1988, com a menor intervenção do Estado na economia, o movimento cooperativista originou dois modelos cooperativos, os quais, na atualidade, têm tomado rumos distintos, muito embora existam ainda muitas cooperativas brasileiras que não possuem uma clara definição do modelo no qual mais se identificam ou de qual alinhamento político desejam fazer parte. Observa-se que no Brasil há um modelo cooperativista tradicional e outro modelo cooperativista solidário. O primeiro está ligado à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), uma organização que ao longo do tempo tem demonstrado que busca estimular principalmente a eficiência econômica das cooperativas. O segundo está ligado aos movimentos sociais e da agricultura familiar. A seguinte citação explana a

profundidade dos momentos vividos pelos trabalhadores, entidades e movimentos de luta, que criaram as cooperativas solidárias.

Num contexto de crise, as formas organizacionais começam a ter novos significados para uma retomada das raízes democráticas e populares, muitas vezes esquecidas pela institucionalização exagerada dos processos de gestão, controle e administração (RECH, 2017 p. 39).

Contudo, o cooperativismo não deve apenas seguir os processos empresariais de gestão, pois a sua existência tem um objetivo maior: a preocupação com os interesses coletivos. No passado, as ações originadas da vertente tradicional do cooperativismo não tinham como foco incluir os trabalhadores do campo e da cidade. Com isso, o sentimento de exclusão deu força às lutas populares, principalmente em regiões específicas do Brasil, como Santa Catarina e Paraná. No início dos anos 1990, em Santa Catarina surgiram no Oeste do estado as primeiras cooperativas de crédito alternativas, em municípios como Quilombo e Seara. No estado do Paraná, os movimentos cooperativistas nasceram um pouco depois, principalmente na região sudoeste, onde já havia uma tradição de organização da agricultura familiar. Como se verá mais adiante foi nesta região que em 1995 surge o Sistema Cresol.

Esse conjunto de iniciativas transformou a forma de pensar o cooperativismo, impulsionando sua compreensão como ferramenta de mudança social, resgatando sua essência, baseando-se nos princípios e valores outrora esquecidos. O chamado cooperativismo solidário busca se orientar pelas opiniões coletivas do seu quadro social, formalizadas em decisões nas Assembleias e Conselhos. No entanto, para que esse modelo cooperativista torne-se bem-sucedido, é necessária a participação dos membros e uma constante formação destes para que não se perca a alma do cooperativismo (RECH, 2017).

Essa trajetória do cooperativismo solidário do Brasil lembra a própria origem do cooperativismo de crédito no século XIX. A necessidade de financiamentos e a dificuldade acesso ao crédito levaram os pequenos agricultores familiares de muitas regiões da Europa, até então excluídos do sistema bancário, a unirem-se por uma vida digna. De acordo com Búrigo (2007), a partir de 1846, em Delitzch, Alemanha, originaram-se as primeiras cooperativas de crédito. O principal motivo foi o fracasso na colheita das lavouras e, conseqüentemente, a carência na produção de alimentos. Nesse modelo de cooperativismo, os sócios pagavam uma cota de ingresso e provavam que poderiam comprar uma cota a prazo. Dessa forma, os associados depositavam dinheiro, em forma de poupança, para operar na cooperativa e assim ganhavam os dividendos. Entretanto, quando necessitavam de uma quantia maior de recursos financeiros, podiam pedir empréstimos à cooperativa por um baixo custo. Cada membro dessa organização era igualmente responsável pela cooperativa (BÚRIGO, 2007).

Outros modelos de cooperativas de crédito surgiram nos anos seguintes, em várias regiões da Europa e da América do Norte, como Raiffesen, Luzzatti e Desjardins. No Brasil, o cooperativismo de crédito rural, inspirado no cruzamento dos modelos europeus e canadenses, passou a ser desenvolvido em meados do século XX, por movimentos religiosos, mais especificamente nas regiões Sul e Sudeste do país (BURIGO, 2007).

2.1 A GESTÃO SOCIAL E ECONÔMICA DAS COOPERATIVAS

Apesar de ser uma sociedade de pessoas sem fins lucrativos, uma cooperativa não está desconectada da economia, justamente porque sua especificidade é a atuação na atividade produtiva comercial. Assim, viabiliza-se ao desenvolver atividades de consumo, produção e prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com o interesse de seus associados. Para Frantz (2002), uma organização cooperativa é teoricamente uma associação de pessoas e não de capitais, embora seus objetivos e interesses sejam de ordem econômicas, vinculados a valorização do trabalho inserido nas relações de mercado. Pode-se defini-la como uma sociedade de pessoas que, por meio de uma empresa cooperativa, atua em favor das necessidades de econômicas e sociais.

Segundo Amodeo (1999), a organização da empresa cooperativa é complexa, justamente porque deve seguir o princípio de gestão democrática, instituído há muitos anos pelos pioneiros de Rochdale. Este princípio marca o diferencial entre uma empresa comum e uma empresa cooperativa, e que pode ser visto como uma vantagem competitiva dentro da atual conjuntura de mercado. A gestão cooperativa é alicerçada em dois componentes básicos: a gestão social e a gestão econômica. Esses dois elementos devem andar juntos para o desenvolvimento sustentável e sucesso da cooperativa. A gestão eficiente da cooperativa é aquela que consegue manter um equilíbrio entre gestão econômica e gestão social.

Pode-se entender por gestão social o desenvolvimento do relacionamento entre cooperativa e cooperados, na relação de identidade, pertencimento, fidelidade do cooperado para com a cooperativa. Infelizmente, muitas vezes esses aspectos são pouco valorizados por alguns dirigentes e usuários da cooperativa. A gestão econômica da cooperativa é composta principalmente por aspectos produtivo e financeiro, mas que tem reflexos também na gestão social, pois não há como dissociar esses conceitos. Esse resultado cria o diferencial da cooperativa perante às empresas comuns. No caso das cooperativas de crédito, esse modelo necessita sobreviver dentro de ambiente em que imperam ideologias bancárias, com presença marcante no cotidiano das sociedades contemporâneas.

De acordo com Amodeo (1999), a gestão social tem um forte viés pedagógico, pois é implementada por meio da educação cooperativista. O autor afirma que esta não deve ser somente baseada nos princípios cooperativistas de Rochdale de 1847. A educação e os processos de

formação dentro de uma cooperativa, nos tempos atuais, se constroem sobre elementos que vão muito além da transmissão de um princípio criado nos tempos remotos.

Os cooperados têm uma relação ampla com a cooperativa, ao mesmo tempo em que são usuários da cooperativa, usufruindo dos seus serviços e assistência, são donos e investidores da organização também. De acordo com Bittencourt et al. (2010), esse duplo papel do cooperado é característico da organização cooperativa, uma vez que a cooperativa se constitui em uma associação - enquanto reunião de pessoas, e um empreendimento, enquanto junção de capitais. Este é um caso delicado de governança, em que o associado necessita criar uma relação de identidade com a cooperativa, para haver certa participação nas decisões tomadas em conjunto, bem como para haver satisfação em se identificar como membro da cooperativa. O que implica também na sua fidelidade com a cooperativa (AMODEO, 1999).

Isto é, o quadro social da cooperativa precisa contar com ampla participação do associado para que se transforme em vantagem competitiva e não em uma forma de desvantagem. Tudo isso requer uma eficiente gestão social na qual, segundo Amodeo (1999), se faz necessária para reforçar a educação cooperativa e para que haja comunicação eficiente e aprendizado contínuo dos envolvidos. As relações humanas no ambiente cooperativo são fundamentais para que haja o fluxo da comunicação e troca de experiências.

Nos dias de hoje é ainda mais clara a compreensão de que as pessoas são partes fundamentais do processo cooperativista. O capital humano é o bem que se pode conservar em detrimento dos interesses próprios da cooperativa. O público interno de uma cooperativa não é apenas formado pelos funcionários, mas, sobretudo, pelos cooperados (AMODEO, 1999).

Desse modo, o cooperativismo apresenta-se como uma estrutura social competitiva (ou eficiente em termos econômicos), que favorece a criação de importantes instrumentos de promoção do desenvolvimento social, territorial e sustentável, ou seja, de evolução ou de mudança positiva nas relações entre os indivíduos. Permite a distribuição de renda entre as pessoas que o praticam, ressaltando o capital social da comunidade.

O risco que uma cooperativa de crédito assume ao deixar de ter como foco o desenvolvimento social é tornar-se uma instituição econômico-financeira nos moldes tradicionais, como um banco. Bancos lidam com capital financeiro das pessoas, cooperativas lidam também com o capital social da comunidade, o qual implica também no desenvolvimento econômico da comunidade. Caso a cooperativa não se apresente como um diferencial ao cooperado, este pode escolher realizar suas transações financeiras por meio de uma organização bancária, pois obterá geralmente resultados financeiros satisfatórios da mesma maneira. Porém, no caso de associados do meio rural, o banco não tratará com ele questões como organização da produção, sucessão familiar no campo, e ainda as questões de gênero e geração na agricultura, valorizando as dimensões social e ambiental embutidas no conceito do desenvolvimento sustentável, junto com a dimensão econômica.

Para que as cooperativas atinjam esse estágio de desenvolvimento, é necessária a ampla participação dos seus cooperados. A cooperação é o que subsidia toda a estrutura de governança de uma cooperativa. Na visão de Valdemiro (2009), ser cooperativista é, no mínimo, se socializar e integrar-se à sociedade como um de seus servidores. O cooperativismo torna-se, então, um estilo de vida para muitos que o praticam.

Em relação a gestão do conhecimento, o cenário mundial sofreu profundas transformações na década de 1980, nas mais variadas dimensões: políticas, tecnológicas, organizacionais, informacionais, comerciais, institucionais, culturais, sociais, etc. Diante desse contexto, surge a valorização do conhecimento como diferencial competitivo e de identidade.

Segundo Zanco e Coltre (2016), o conhecimento não é apenas um recurso, mas sim o único e mais relevante dos recursos da atualidade. O conhecimento é subjetivo, tácito e pessoal, por isso, gerenciá-lo é essencial para canalização e aplicação do saber. A gestão do conhecimento dentro do cooperativismo é um dos processos vinculados às ações de educação e capacitação cooperativista. A educação é o grande universo no qual a capacitação está fortemente incluída, aliada à informação (HENDGES; SCHNEIDER, 2006). É papel da gestão do conhecimento construir e adequar o conhecimento à realidade da cooperativa como forma de impulsionar sua gestão.

A atual conjuntura do mercado global exige das empresas a busca por inovação, qualificação e ações estratégicas para manterem-se viáveis economicamente. Dito isso, as organizações cooperativas abrigam distintas práticas e ações de educação, como estratégias de diferenciação e viabilidade socioeconômica. Nestas práticas, podem-se encontrar interações do tipo comunicativo ou do tipo estratégico, que criam campos para espaços pedagógicos (FRANTZ, 2001). Têm-se como ações estratégicas a formação dos associados e a organização do quadro social da cooperativa.

Para se ter uma educação/formação adequada é necessário a busca constante por conhecimento para que esse seja passado de forma eficiente e, para além, deve-se criar interações entre o emissor e receptor. Segundo Ruas et al (2006), esta educação/formação de cidadãos necessita ir além do processo de ensino/aprendizagem, ao qual, muitas vezes, restringe-se à exclusividade da absorção de conhecimentos. A educação/formação aqui falada, diz respeito a formar um cidadão crítico, dono de um saber construído socialmente (RUAS *et al.*, 2006).

3 AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

As concepções de educação aqui apresentadas estão baseadas no conceito de pedagogia e nos ideais de autores chaves que revolucionaram a história da educação. Segundo Machado, Campos e Paludo (2008), a palavra pedagogia tem origem grega, sendo constituída pelos significados: pais, padóis =criança; agen = conduzir e logos= tratado, ciência. Na Grécia antiga, os pedagogos, como eram chamados, eram os escravos que acompanhavam as crianças que frequentavam a escola. Os pedagogos eram submissos às crianças, pois estas possuíam autoridade sobre eles (MACHADO; CAMPOS; PALUDO, 2008).

Durante muito tempo, pedagogos e crianças conviveram juntos, o que trouxe uma grande afinidade entre eles e influência para as crianças. Por outro olhar, isso acarretou também na imagem de desprestígio pelo trabalho desenvolvido pelo pedagogo (MACHADO; CAMPOS; PALUDO, 2008).

Ao longo dos anos, o conceito de pedagogia vem se reformulando e acompanhando as mudanças da sociedade. Nos dias atuais, a pedagogia é discutida por muitos autores que se dedicam a dar novos rumos à educação. Diante das conceituações pedagógicas, que estão relacionadas a uma concepção de mundo, a educação também está ligada ao desenvolvimento de uma sociedade. Portanto, as correntes pedagógicas são as diferentes maneiras sob o qual a educação é entendida, teorizada e praticada.

Caso não possa praticar algo que há na teoria, surge uma chamada pedagogia abstrata, separada do mundo real, dos sujeitos, dos educandos e educadores, que oculta a realidade e diz-se criar um “aluno universal” ou “escola universal” (MACHADO; CAMPOS; PALUDO, 2008).

Ao longo dos anos, muitas foram as concepções que nortearam as práticas da educação e a sustentam. Alguns pensadores tradicionais estão ligados ao que Paulo Freire denomina de “Educação Bancária”, na qual o professor é detentor do saber e seu aluno está vazio em termos de conhecimento (FERREIRA; SILVA, 2015).

A concepção de educação bancária, segundo o trabalho de Ruas *et al.*, (2006), baseado nas teorias de Paulo Freire, transforma os homens em recipientes a serem preenchidos por aqueles que julgam saber ensinar. Esse ato acaba por defender os interesses do opressor, que trata os homens como seres vazios e dependentes. Na concepção de Paulo Freire, a prática desses moldes não contribui para formação de sujeitos ativos e críticos. Assim, Freire buscou defender a conscientização dos homens e desalienação destes (Ruas *et al.*, 2006).

Já a concepção ligada a um modelo dialógico traz a educação libertadora como alvo de estudos. A concepção libertadora começa a ser construída nos movimentos sociais populares, nas

décadas de 1950-1960, até o processo ser interrompido pelo golpe militar de 1964. Em oposição ao pensar bancário, Paulo Freire propõe que a educação seja pensada de forma dialógica, considerando o saber do educando, instigando-o a participar do processo educacional. Essa concepção tem como ideal abrir caminho para libertação dos oprimidos (FERREIRA; SILVA, 2015).

Na sua trajetória como educador, Paulo Freire revelou uma profunda crença no indivíduo humano, na sua capacidade de educar-se como sujeito da história. Dessa forma, todo seu estudo está interligado à valorização real do homem, partindo do princípio que todo ser humano é único. Que todo indivíduo possui saberes, cultura, história e valores que devem ser reconhecidos. O Quadro 01, apresentado a seguir, destaca as principais diferenças entre os modelos da educação que originaram as principais concepções pedagógicas e as suas vertentes de pensamentos.

Quadro 01 - Distinções entre o modelo tradicional (educação bancária) e o modelo dialógico (educação libertadora).

Modelo Tradicional	Modelo Dialógico
Concepções	Concepções
Educação Bancária Transmissão de conhecimentos de forma vertical – educador para educando Acúmulo de informações Educando – ser passivo, sem estímulo para criação, pouca autonomia Pode não haver mudanças de hábitos e comportamentos	Educação Libertadora Constrói conhecimentos e proporciona troca de experiências entre os participantes Aprende-se por meio de reflexão e diálogo Considera a realidade do educando Educação a partir do conhecimento prévio Educando – ser ativo, sujeito da própria educação, portador do saber

Fonte: FREIRE (1987); adaptado pela autora.

Uma das vantagens da educação libertadora, defendida por Paulo Freire, é a capacidade de o educando poder tomar decisões a partir de uma visão crítica da realidade. Os atores sociais envolvidos no processo educacional buscam construir um novo olhar sobre a realidade, no qual não existem verdades absolutas. Outra contribuição da técnica pedagógica de Paulo Freire é a compreensão do homem como sujeito da própria história. Esse princípio constitui a base de um processo participativo de desenvolvimento sustentável e coloca o ser humano como protagonista da sua evolução (RUAS *et al.*, 2006).

3.1 A EDUCAÇÃO NA COOPERATIVA

É primordial que a educação cooperativa esteja concebida com base nas concepções de educação. Com isso, as ações e programas das cooperativas que gerem a troca de conhecimentos e experiências e que sejam favorecidos nos espaços de construção social, podem influenciar o processo de evolução sociocultural dos indivíduos envolvidos (FERREIRA; SILVA, 2015).

Para tanto, a cooperativa deve equilibrar os interesses econômico e social, e ter colaboradores capacitados a desempenhar funções relativas a ambos os interesses, que estão amplamente conectados com a perspectiva de educação na cooperativa. Portanto, atuar também na educação dos colaboradores não deve ser visto como desvantagem competitiva, mas sim como uma grande vantagem frente a empresas comuns (HENDGES; SCHNEIDER, 2006).

Uma das grandes contribuições de Paulo Freire à pedagogia, é a importância do homem como sujeito da sua própria história. O ser humano é o centro da ação, protagonista do seu próprio desenvolvimento. Ele é o único ser capaz transformar o meio em que vive (Ruas et al., 2006).

No entanto, o ser humano, mediador desse processo de transformação do meio, necessita ser educado para que a modificação perdure ao longo dos anos e gerações. Não se faz menção aqui à educação formal, ensino básico, fundamental ou graduação escolar, mas sim, à educação cooperativista, baseada em valores morais, e formação de lideranças para situações adversas do cotidiano. De acordo com Ferreira e Silva (2015), a educação pode ser vista como alternativa de vivência socioeconômica em um ambiente excessivamente competitivo e egocêntrico.

A prática da educação aqui deve ser vista como um processo, produto da interlocução dos indivíduos, do diálogo e da troca de experiências vividas. Segundo Libâneo (1998) *apud* Franz (2001), as transformações do mundo contribuíram para a compreensão da educação como um fenômeno multifacetado, que ocorre em diversos lugares sob distintas formas. Ainda nessa perspectiva, estes lugares podem ser os movimentos sociais ou grupos que se constituem de diferentes modalidades da prática educativa: educação informal, não formal e formal. A educação informal ocorre pela interação entre os sujeitos envolvidos, resultantes das relações diversas nos espaços da vida, no âmbito cultural, econômico e político. A educação não formal passa por atividades que se desenvolvem em grupos organizados, nos movimentos e trabalhos comunitários.

Sabe-se que os cooperados necessitam de educação formal, frequentar escola, faculdade, pós-graduação ou outros degraus da educação tradicional. Não se exclui aqui o fato de que o estudo formal realmente é importante, abre portas, traz conhecimento, sabedoria e forma opiniões concisas. Para isso já existem pesquisas aprofundadas que comprovam tal fato.

Aqui está sendo explanado o poder da educação cooperativista em um sentido mais amplo, na qual se aprende na “escola da vida”, através de experiências e sabedorias vividas, nas quais é importante haver trocas entre os atores para enriquecimento do saber, a educação informal. Sem o conhecimento, reinará a ignorância, e como citado por Confúcio, em tempos remotos (551- 478): “A ignorância é a escuridão da mente”.

A educação dentro da cooperativa é um dos principais instrumentos de difusão dos ideais cooperativistas. Divulga a doutrina do cooperativismo, propaga os valores, e conscientiza as pessoas da necessidade real do trabalho em grupo para um bem comum. Como salientam Hendges e

Schneider (2006), educação significa conhecimento, uma das condições fundamentais para que um sócio ingresse em uma cooperativa que possui adesão voluntária.

Uma cooperativa atua em rede, condição de trabalho cada vez mais necessária no mundo corporativo vigente. Um estudo do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), realizado em 2004, revelou que a competitividade de uma empresa está ligada a capacidade desta de desenvolver estratégias que permitam atingir altos índices qualitativos, como desempenho, eficiência e capacitação. No caso de uma cooperativa, não é diferente. Há que se construir uma identidade cooperativa nos associados para o alcance de objetivos quantitativos e qualitativos (NETO, 2004).

Por isso, Hendges e Schneider (2006) enfatizam que o espaço da educação dentro da cooperativa é essencial para aprendizagem e construção de poder, condições fundamentais para encarar realidades adversas à lógica capitalista.

Na visão de Frantz (2001), no processo da educação, podem ser identificadas práticas cooperativistas e, no processo da cooperação, podem-se identificar práticas educativas. Dito isso, a pedagogia da gestão das práticas cooperativas orienta ações de cooperação a favor da valorização da participação e identidade do associado.

A educação do cooperado proporciona a sua participação no processo de tomada de decisões da cooperativa em que ele está associado. Para que isso seja possível, há que estar desperto no cooperado o sentimento de identidade com a cooperativa e o desejo de colaborar no desenvolvimento da sua comunidade. Este sentimento/desejo pode surgir com a prática de ações coletivas, envolvimento em grupos informais e trabalho em equipe, em que haja a contribuição de cada um para o benefício de todos. São iniciativas voltadas a valorizar o papel da cooperativa diretamente articuladas aos programas de formação.

O princípio da gestão democrática apontado pelos Pioneiros de Rochdale é operacionalizado somente quando há a participação dos associados. Segundo Rech (2017): “as cooperativas são organizações democráticas controladas por seus membros, os quais participam ativamente da definição de suas políticas e na tomada de decisões”. (RECH, 2017, p. 26).

A democracia interna é uma grande diferença entre as cooperativas e outras formas comerciais de organização. Ela está diretamente vinculada à participação efetiva dos seus sócios e na defesa dos interesses coletivos, voltados à prática eficaz do cooperativismo.

A educação cooperativa, de acordo com Schneider (1999), relaciona-se a todas as atividades que despertam o interesse comprometido dos sócios. Tal interesse já é um grande passo para alcançar a educação cooperativa. Todavia, essa educação se coloca, nos dias atuais, como a maior dificuldade, uma vez que, cada vez mais, as pessoas buscam por resultados imediatos e não atentam para a importância dos processos e suas consequências em médio e longo prazo. A educação

cooperativa nada tem a ver com imediatismo, mas sim com resultados qualitativos que devem ser revisados e atualizados de forma constante e dinâmica (HENDGES; SCHNEIDER, 2006).

Por meio das práticas educativas em uma organização cooperativa, têm-se o desafio de (re)construir a identidade cooperativista, o ser cooperativo em sua essência. Desafio grandioso, especialmente frente ao mundo globalizado em que se vive, composto por uma pluralidade cultural e pressões burocráticas (HENDGES; SCHNEIDER, 2006, p.41).

Vive-se em uma época de transformações profundas e, ao mesmo tempo, muito rápidas. As renovações tecnológicas ocorrem em conjunto com a revolução do conhecimento, o que resulta em impactos nos campos sociais, econômicos e culturais. Hoje, pode-se dizer que não somente a geração adulta sente os efeitos dessas modificações, mas a criança também o sente, inclusive no momento de deixar o ambiente familiar para viver com outras crianças e socializar-se. O ato de socializar-se, apesar de complexo, é benéfico e necessário para integração e cuidado com outras crianças, além de fazer bem para o seu próprio desenvolvimento como ser social que é.

No mundo cooperativo não ocorre de maneira diferente, as pessoas precisam estar em contato umas com as outras para sua evolução como seres humanos. As entidades, associações e organizações sociais desempenham o papel de construção de grupos sociais.

No entanto, de acordo com Schneider (2006), o ambiente em que se está inserido tem grande influência sobre as pessoas. No passado, quando a maioria das pessoas vivia no campo, havia uma maior identificação delas com a cooperativa e maior interesse em desenvolver a sua comunidade. Ou seja, quando as pessoas tinham como sua principal base a economia gerada, mormente, pelas atividades agropecuárias, e suas atividades sociais se faziam predominantes no campo, a exemplo do frequentar igrejas, escolas, salão de festas, as relações dos cooperados com a cooperativa eram mais intensas. As relações eram do tipo intensas e primárias, apesar do distanciamento geográfico entre famílias no campo.

Como se viu, a educação é o elemento chave no desenvolvimento de sociedades e formação do cidadão. O processo de educação cooperativista no meio rural passa por concepções da pedagogia tradicional, apresentada por Paulo Freire, e a prática do extensionista rural com agricultores e estes com o extensionista. Educação nesse contexto não se refere ao ensino formal e nível de escolaridade. Aqui, refere-se ao processo de metodologias e participação do cooperado em um grupo de pessoas que busca encontrar soluções para problemas comuns, por meio de empreendimentos coletivos de interesses comuns.

Freire (2015) defende a educação como não sendo neutra, geradora de uma postura investigativa, ativa e crítica do educando. No ambiente rural, têm-se o educando como o agricultor e o educador como o profissional da extensão rural ou da formação/educação cooperativista (RUAS, *et al.*, 2006). Segundo Freire (2015), educação por si não transforma o mundo, educação muda as pessoas e as pessoas é que transformam o mundo.

Atualmente, as pessoas que vivem no meio rural, também possuem inúmeros compromissos que ocupa grande parte do tempo delas. Assim, a participação nas ações que a cooperativa realiza torna-se um desafio, em meio a tantos compromissos que o cooperado se envolve, e que exigem dedicação dele, como por exemplo; clubes, partidos políticos, sindicatos e outros. (HENDGES; SCHNEIDER, 2006).

3.2 O PRINCÍPIO COOPERATIVISTA DA EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO, E SUAS PRINCIPAIS DISTINÇÕES

Dentre os princípios cooperativistas criados pelos pioneiros de Rochdale em 1844, a discussão em torno o princípio da Educação, Formação e Informação ganhará ênfase e corpo nesse trabalho de conclusão de curso. Tal princípio, apesar de ser hierarquicamente igual aos demais, o entendimento de tal princípio proporciona a compreensão dos demais e sua articulação aos outros princípios proporciona o discernimento acerca de como deve funcionar uma cooperativa, em prol de seu maior capital, o ser humano (HENDGES; SCHNEIDER, 2006).

As cooperativas promovem a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação (HENDGES; SCHNEIDER, 2006). O princípio da educação, portanto, está vinculado a todos os outros princípios, possui influência nas decisões da cooperativa, sobre os colaboradores e na comunidade externa à cooperativa.

Porém, para um bom entendimento sobre o quinto princípio e sua aplicação prática, é necessário explicar um pouco sobre como tudo começou, os ideais que pairavam naquela época e o que levou os pioneiros de Rochdale a tornarem a educação, elemento essencial para construção de uma cooperativa.

Segundo Hendges e Schneider (2006), no ano de 1895, em Paris, observou-se a necessidade de criar um órgão de representação que estudasse os princípios cooperativistas de forma profunda, bem como organizá-los e defendê-los. Atualmente, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) é uma Organização não governamental (ONG), responsável por analisar métodos de cooperação e cultivar relações cooperativistas entre diversas cooperativas de distintos países. A ACI é a maior estância entre as representações cooperativas internacionais dos diversos ramos. A sua criação seguiu a idealização do pai do cooperativismo, Robert Owen, com seu projeto “Associação de todas as classes”.

Existem relatos que relacionam a imagem de Robert Owen a um grande defensor do socialismo e do cooperativismo (1771 - 1858). Inglês, nascido em Newtown, País de Gales, pregou

a formação de cidades cooperativistas, comunidades autônomas de trabalhadores, como solução para os problemas sociais. Tudo isso surgiu a partir da sua própria experiência como trabalhador em fábricas e auxiliar de alfaiate. Lutou junto a órgãos públicos na época para criar melhores condições trabalhistas, além de reduzir a jornada de trabalho. Trouxe grandes contribuições para pedagogia tradicional em sua cidade, como o jardim de infância e cursos noturnos (PERCÍLIA, 2017).

Robert Owen muito contribuiu para formação dos Pioneiros de Rochdale, que, antes de se tornarem um grupo formal, reuniam-se em círculos Owenistas para debater semanalmente sobre a importância do associativismo e trabalho em conjunto (HENDGES; SCHNEIDER, 2006).

Uma das grandes descobertas daquela época, e que se aplica aos contextos atuais, é que o conhecimento desenvolvido pelas pessoas acerca do funcionamento do cooperativismo é o elemento chave para a consolidação dessas organizações sociais. Naquela época, quando criado o armazém cooperativo, as pessoas podiam comprar e ao final do ano, por exemplo, ter a devolução do que tinham pago a mais, na forma de sobras, que eram dívidas entre os membros. Porém a possível falta de conhecimento por parte daquela comunidade de como funciona a cooperativa, bem como a falta de acesso, pode ter dificultado o sucesso do armazém cooperativo.

Ainda no mesmo período, foi criado pelo grupo dos pioneiros de Rochdale, uma espécie de Almanaque, que circulava entre os sócios e permitia que eles conhecessem um pouco mais sobre o cooperativismo e sua cooperativa, o qual contribuiu para educação dos cooperados.

De acordo Hendges e Schneider (2006), até a realização do congresso da ACI, em 1995, o termo educação era generalizado e interpretado para conhecimentos gerais sobre o cooperativismo. Hoje, com o passar dos anos e experiência, criou-se a perspectiva de que: “a educação é o universo, no qual a capacitação está inserida, aliada à informação” (HENDGES; SCHNEIDER, 2006, p. 38).

O princípio da educação, formação e a capacitação não envolve somente os cooperados, mas também os colaboradores de uma cooperativa. E envolve também toda uma comunidade de pessoas externa à cooperativa. Nesse sentido, a educação cooperativista tem relação estreita com o sétimo princípio do cooperativismo, o interesse pela comunidade. Esses dois princípios devem andar juntos para construção sustentável da cooperativa.

De acordo com Ferreira e Silva (2015), a educação é um processo mais abrangente, voltada a todos da comunidade cooperativa: associados, dirigentes, gestores, colaboradores. Tem o objetivo de divulgar o sistema cooperativista. A educação é um processo de construção da aprendizagem, no qual há reflexão e envolvimento das pessoas. Nesse processo, existe forte interação e participação entre os indivíduos, não é simplesmente um ato de recepção de informações, é de interação, de ouvir e de participação. A educação é base de um processo de transformação. A pessoa se transforma e se torna apta a transformar outras pessoas, é uma dialética de caráter subjetivo.

A formação, no entanto, possui caráter mais específico e pontual, sendo direcionada principalmente aos colaboradores, dirigentes e funcionários, e também aos associados. Em geral, a

formação não é muito voltada à comunidade externa à cooperativa, embora possa haver exceções nesse sentido.

Os cursos de qualificação sobre educação financeira, direcionados a cooperados, de uma cooperativa de crédito, podem ser compreendidos como formação. A formação pode se dizer que é apenas um conhecimento técnico sobre algo, no qual não há necessariamente transformação pessoal mais profunda. O indivíduo recebe informações específicas e o caráter da formação é mais objetivo.

É importante demarcar as diferenças entre a educação, a formação e a informação, embora essas práticas devam ser entendidas como complementares. A partir do momento em que o indivíduo adquire conhecimento e se modifica, ele transforma o ambiente em que vive, influenciando as pessoas e seu modo de ver as coisas, aí há educação de fato, muitas vezes por meio de um processo oculto. Há reflexão e troca de saberes. Já na formação há uma transferência de informações, técnica e, por vezes, superficial. As pessoas ouvem e reproduzem o conteúdo. Na educação, o indivíduo ouve, transforma-se e transforma seu meio.

E ainda, diferentemente das anteriores, a informação pode ser considerada a divulgação de dados ou números do sistema cooperativo e cooperados, como, por exemplo, informativos, banners. É o caminho no qual o associado pode vir a conhecer uma cooperativa. Dito isso, uma boa informação pode abrir o canal de acesso aos benefícios da cooperativa. A divulgação de informações dentro de uma cooperativa é sem dúvida, realizado permanentemente (FERREIRA; SILVA, 2015).

Nesse contexto, os programas de educação cooperativista realizam papel fundamental. Envolvem e valorizam o associado de uma forma não vista no sistema de educação tradicional. De acordo com Machado, Campos e Paludo (2008), a pedagogia em si existe somente quando pode ser transformada em prática. E por trás de toda prática educacional há uma pedagogia. Os programas na cooperativa, são práticas educacionais. Tudo aquilo que for considerado necessário ao cooperado, pode ser pauta da educação cooperativista.

Por isso, a cooperativa, a partir de seus programas educacionais, torna-se agente de desenvolvimento da localidade. Os resultados desses programas podem ser positivos e duradouros, ao serem incorporados pelas famílias e adaptados à cultura do local onde são aplicados (FERREIRA; SILVA, 2015).

Os programas de educação cooperativista, quando colocados em prática em sua plenitude, assumem um papel colocado por Paulo Freire, nas suas metodologias de extensão rural, estabelecendo uma relação educador, educando, um processo de pedagogia libertadora, mediada pelo diálogo, interação entre os sujeitos, que assumem dimensão coletiva e solidária (MACHADO, CAMPOS; PALUDO, 2008).

Pode-se dizer, então, que a prática da educação cooperativa gera influências em todas as instâncias do indivíduo, reflete em sua autoestima, motivação, fidelidade, participação e nos laços

de reciprocidade que estabelece. Entretanto, vale mencionar que estes resultados são alcançados a médio e longo prazo, com o passar dos anos, já que a mudança de pensamento e atitudes intrínsecas ao indivíduo pode levar tempo para serem operacionalizadas.

4 O SISTEMA CRESOL E A COOPERATIVA DE ÁGUAS MORNAS

No fim da década de 1980, as lutas populares de agricultores do Sudoeste do Paraná em prol do acesso ao crédito rural e da construção de alternativas para o futuro da agricultura, levou à estruturação de um sistema de financiamento para a agricultura familiar (INFOCOS, 2016). Denominado de Fundo de Crédito Rotativo (FCR), o sistema administrava recursos vindos da organização dos Bispos da Igreja Católica da Alemanha, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento da agricultura no Brasil, financiando estruturas produtivas aos agricultores que não encontravam linhas de crédito no sistema financeiro convencional. Este fundo era coordenado pela Associação de Estudos, Assistência e Orientação Rural (Assessorar) localizada em Francisco Beltrão. Como esse fundo cresceu e não conseguia mais gerenciar adequadamente os projetos aprovados, em 1995 suas lideranças resolveram constituir o Sistema Integrado de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, Cresol (INFOCOS, 2016).

Muitos outros fatores auxiliaram na criação do sistema Cresol, tal como o surgimento do Pronaf, criado pelo Governo, em 1995. O Pronaf impulsionou o acesso às linhas de crédito para os pequenos agricultores. Além dos convênios com o Banco do Brasil para disponibilizar os recursos do Pronaf e de outras linhas de crédito rural oficial, o Sistema Cresol conseguiu firmar parcerias com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e que hoje resultaram na criação da maioria das linhas de financiamento existentes (BURIGO, 2007).

Atualmente, a o Sistema Cresol conta com um modelo organizacional alicerçado por uma confederação, uma central, 10 bases regionais, 78 cooperativas singulares e 271 postos de atendimento. O Sistema já está presente em 9 estados brasileiros, nos quais mais de 200 mil famílias agricultoras são atendidas. Possui 1.500 colaboradores, 1.000 conselheiros e alcança 467 municípios brasileiros (INFOCOS, 2016).

Em 2005, com a necessidade do papel fundamental da educação e formação para colaboradores, conselheiros e comunidade, surgiu, junto ao sistema Cresol, o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário.

Há cerca de uma década, na região da Grande Florianópolis, município de Águas Mornas, surgiu a necessidade dos agricultores lutarem por uma vida digna no campo, fruto de um movimento que já vinha ocorrendo em muitas partes do Brasil.

Apesar de já produzirem alimentos com qualidade e estarem próximos da capital e de grandes centros de abastecimento – um dos fatores relevantes para seu relativo sucesso econômico – lhes faltava ajuda financeira para aprimorar sua produção e impulsionar o município. Havia necessidade de mudar as compreensões acerca dos processos de transformação no campo desencadeados pela modernização da agricultura. Com o auxílio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Águas

Mornas e região, alguns agricultores familiares da região reuniram-se para discutir o que poderia ser feito.

Na Ata de fundação da Cresol Águas Mornas, há o registro de 44 agricultores presentes. Destes, 23 foram os sócios fundadores, os quais, até hoje, são moradores do município ou regiões vizinhas e, em sua maioria, permanecem na Cresol Águas Mornas como cooperados ou deixaram sucessores atuantes. Na época, houve eleição entre os presentes para compor o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Cooperativa. Era um desafio para os seus criadores já que pouco se sabia sobre crédito e sobre a gestão de um cooperativa. No dia 14 de maio de 2005, houve a constituição da Cresol Águas Mornas, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, e no dia 26 de agosto as portas dessa cooperativa de crédito pioneira no município foram abertas.

Foi uma iniciativa ousada, porém necessária para aqueles tempos em que haviam apenas bancos atuando na região. Fruto de seu trabalho, a Cresol Águas Mornas logo se adaptou as necessidades da região, trazendo inúmeros ganhos socioeconômicos. Hoje a Cooperativa abrange cerca de 20 municípios e pouco mais de 8.000 agricultores associados. São em torno de 115 milhões de reais em ativos que estão apoiando o desenvolvimento desta região do litoral catarinense.

Além da sede em Águas Mornas, a Cresol Águas Mornas conta com 10 postos de atendimento distribuídos nos seguintes municípios brasileiros: Angelina, Rancho Queimado, Imaruí, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Tijucas, Santa Cruz da Figueira (município de Águas Mornas), Antônio Carlos, Garopaba e Nova Friburgo no Rio de Janeiro.

4.1 OS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DA CRESOL

Os Programas desenvolvidos pelo Sistema Cresol possuem o intuito de atender os projetos de qualificar o quadro social de uma cooperativa filiada em toda a região de abrangência. São coordenados pela área de ações estratégicas da Central Cresol Baser e os processos formativos de educação cooperativista e inserção são desenvolvidos pelo Infocos. Dividem-se em dois focos, o Cooperativa Escola, voltado para a formação dos colaboradores e o Cresol Comunidade, para a comunidade, no qual terá ênfase nesse trabalho. Dentre os Programas Cresol Comunidade existentes no Sistema Cresol destacam-se:

1) Programa “Agentes Comunitários de Desenvolvimento”: possui foco na educação e formação de lideranças com eixos no desenvolvimento da agricultura familiar e educação financeira;

2) Programa “Um Olhar para o Futuro”: trabalho em sala de aula desenvolvido com crianças dos 4º e 5º anos do ensino fundamental. O objetivo é proporcionar o conhecimento sobre o cooperativismo solidário e a educação financeira, além de incentivá-las à cooperação, trabalho em equipe e ajuda ao próximo;

3) Programa “Unidades de Referência” (Acompanhamento Técnico e Extensão Rural – ATER): tem como objetivo disponibilizar e oportunizar serviços de acompanhamento e assessoria nas unidades produtivas de cooperados agricultores familiares. Busca lógica na diversificação da produção, como estratégia para melhorar a qualidade da aplicação do crédito e agregação de valor ao produto final;

4) Curso para Novos Sócios: destinado ao trabalho das cooperativas singulares na expansão para novos associados. Seu objetivo central é apresentar o Sistema Cresol para os recém-associados;

5) Programa Gênero e Geração do Cooperativismo Solidário: realizado em parceria com a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e ONG Trias . Seu propósito é desenvolver ações de igualdade e equidade de gênero e geração no cooperativismo solidário, estimulando a ampla participação da família nos grupos associativos e produtivos da agricultura familiar e da economia solidária;

6) Programa de Formação de Lideranças do Cooperativismo: destinado a fortalecer a formação já recebida pelos diretores, coordenadores de agentes, coordenadores dos grupos de gênero e geração e outras lideranças municipais, para que se incluam no debate político estratégico do cooperativismo solidário e da Cresol Baser.

Atualmente, na Cresol Águas Mornas são desenvolvidos os seguintes programas: Agentes Comunitários de Desenvolvimento, Um Olhar para o Futuro, Unidades de Referência (ATER) e Curso para Novos Sócios. Devido a diversidade de público e constante expansão, a direção da Cooperativa afirma que possui potencial e necessidade para a realização de todos os Programas,. Com a recente contratação de funcionário para coordenar a área dos programas educacionais, acredita-se que essa meta será alcançada.

O Programa escolhido como referência empírica deste TCC foi o Agentes Comunitários de Desenvolvimento. Além de ser um dos mais antigos programas do Sistema Cresol, pois foi criado cinco anos após a sua fundação, ele passou por diversos aprimoramentos que o tornaram um programa referência dentro do Sistema. Ademais é um dos únicos programas que possibilitam a formação de lideranças a partir do trabalho efetuado diretamente nas comunidades.

5 PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: EVOLUÇÃO E LIMITAÇÕES

Criado em 2000, o Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento tem o objetivo de ser uma referência entre quadro social e direção, um elo entre a comunidade e a cooperativa. Segundo seus idealizadores, o Programa surgiu com a necessidade de fortalecer o envolvimento das diretorias das cooperativas com as comunidades, pois os diretores e presidentes não conseguiam acompanhar o desenvolvimento de todas as comunidades, bem como de suas dificuldades. Assim, o próprio Agente, na figura de representante da região, recebe formação por meio de encontros mensais nas cooperativas junto com Agentes de outros municípios. E, ao mesmo tempo, traz informações dos cooperados da sua comunidade para conhecimento da cooperativa. Um indivíduo que participou do processo de criação do Programa Agentes, e hoje presta serviços para Cresol de forma terceirizada, em parceria com a área de formação, ilustra como surgiu a ideia do Programa:

Cinco anos depois da Cresol estar em pleno funcionamento, fomos nós numa reunião em uma comunidade do interior do município de Marmeleiro - PR e pedimos para os agricultores associados o que eles conheciam sobre a gestão da cooperativa. A afirmação foi enfática. Segundo manifestações deles, é bom porque é mais um “banquinho que veio ajudar os pequenos”. Com essa afirmação, caiu a ficha e deu para perceber que a Cresol estava distante, que os nossos sonhos de criar uma organização de crédito popular, que fosse gestada pelos agricultores era pura ilusão. No final dessa reunião, já no caminho de volta, dentro do carro mesmo, decidimos criar um programa que politizasse o cooperativismo, discutisse a gestão da cooperativa e se preocupasse com a capacitação de sua base social. Era fundamental recriar um ambiente positivo sobre o eixo cooperativismo para que a Cresol florescesse. É nesse contexto que nasce o programa de Agentes (ENTREVISTA COM IDEALIZADOR DO PROGRAMA, 2017).

Além de ajudar os associados a refletir sobre o futuro do cooperativismo nas comunidades, outro fator fundamental para criação do Programa foi a necessidade de se formar lideranças para atuar nas diretorias das cooperativas. O Agente formado pelo Programa recebe capacitação e informação suficientes para atuar em um dos Conselhos de Cooperativa, por exemplo.

A carga educacional que recebem não só vale para sua atuação dentro da cooperativa, mas também para sua valorização pessoal. Muitas vezes esses participantes do Programa tornando-se referências dentro da comunidade, na qual serão requisitados especialmente quando o assunto de debate for referente à Cresol, o crédito rural e o desenvolvimento da sua região. De acordo com a ideia de educação libertadora de Paulo Freire, é justamente essa troca de experiência entre os atores envolvidos a peça chave para o desenvolvimento de uma consciência coletiva, que parte da educação de um indivíduo como sujeito da história (FREIRE, 1987).

De acordo com Infocos (2016), os Agentes não são vendedores de crédito e não atuam apenas para fortalecer a marca Cresol em sua comunidade. Além de fazer o elo entre associado e a cooperativa, ajudam as pessoas externas à cooperativa a compreender o funcionamento do Sistema como um todo.

Os objetivos do programa Agentes citados em material elaborado pelo Infocos são: Conscientizar o Agente, que faz parte do quadro social da cooperativa, sobre como funciona o cooperativismo; Tornar o Agente, e sua propriedade, referência de produção local, pois com base na formação que recebe, ele pode materializar isso para sua vida; Incentivar as cadeias produtivas locais, bem como a produção, comercialização e beneficiamento; Fortalecer a gestão participativa da cooperativa, bem como ter espaços para o Agente expressar-se e contribuir para o desenvolvimento da cooperativa; Integrar e estar presente, incentivando e participando de momentos de formação com jovens e mulheres (INFOCOS, 2016).

A operacionalização do Programa se dá por meio de realização de encontros de pessoas, denominadas de Agentes. Nesses encontros, temas que envolvem o cooperativismo solidário e agricultura familiar servem como base para discussões e práticas coletivas, podendo essas práticas servir de referência para os agentes organizarem debates, encontros, e outros processos informais de formação envolvendo outros associados da comunidade, do município ou da região.

A criação desse grupo de Agentes é realizada pela Direção da Cresol local. Os agentes são selecionados entre os associados da Cooperativa, preferencialmente oriundos de comunidades diferentes e que possuem boa capacidade de relacionamento. É observado também se eles reúnem condições para colaborar na discussão de temas importantes para a Cooperativa, em especial sobre o fortalecimento da agricultura familiar e sobre papel do crédito como instrumento para a construção de um sistema de produção sustentável.

Os encontros mensais dos Agentes têm duração de, aproximadamente, duas horas, ocorrendo, geralmente, na última segunda-feira do mês. Ao longo de um ano, há cerca de oito encontros, totalizando 24 encontros ao longo dos três anos de duração do Programa. Após esse período, mudam-se os participantes e inicia-se uma nova turma, que é novamente renovada de três em três anos.

De acordo com Ruas et al (2006), espaços sociais como esses encontros são o que torna possível a transformação do meio, resultado da ação do indivíduo como protagonista, se transformando e sendo transformado.

5.1 METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

Vale lembrar que esse trabalho é de cunho qualitativo e exploratório. Sua execução foi dividida em três etapas. Na primeira etapa foi realizada uma revisão da literatura em que foram compilados autores renomados no âmbito da educação cooperativista e cooperativismo em geral, para subsidiar a análise crítica do fenômeno investigado. Além disso, ocorreu uma pesquisa documental em materiais do Infocos e do Sistema Cresol Baser, especialmente nos aspectos relacionados à educação cooperativista. Ainda nessa etapa, buscou-se avaliar os conteúdos das cartilhas do Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento.

Na segunda etapa foi realizada a pesquisa de campo, envolvendo observações diretas da autora e a realização de entrevistas. As observações se deram em torno das práticas e da realização de conversas informais com pessoas atuantes no Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento na região de Águas Mornas. Essa etapa de observação foi realizada entre os meses de julho e outubro de 2017.

Concomitantemente, para as entrevistas, foi organizado um questionário semiestruturado, vide apêndice, envolvendo questões de respostas abertas. Notou-se que alguns participantes do programa Agentes não quiseram responder os questionários. Porém, acredita-se que o total de entrevistas foi suficiente, visto ser esta uma pesquisa de cunho qualitativo. No total, foram entrevistados 07 participantes do Programa (Agentes) de 12 participantes do programa na Cresol Águas Mornas, ou seja, um número representativo visto que mais da metade respondeu ao questionário. E foram entrevistados também 06 pessoas que exerciam funções de idealizadores, coordenadores ou mesmo de executores do Programa. As entrevistas ocorreram no período de 25 de setembro a 09 de outubro de 2017.

A técnica de entrevistas apresentou benefícios para a entrevistadora e os entrevistados, como a flexibilidade do tempo, permitindo o aprofundamento dos assuntos, e a inclusão de fatos novos, não abordados antes (BONI; QUARESMA, 2005). As entrevistas ocorreram de forma presencial, para que assim se conseguisse abranger outras questões não previstas no roteiro, mas que se demonstraram relevantes durante a entrevista. Todas as enquetes foram gravadas e, após isso, transcritas, para classificação e sistematização das informações coletadas.

A terceira etapa envolveu a análise dos dados e das informações obtidos nas conversas e nas entrevistas e a redação final do TCC. Os trechos das entrevistas com maior grau de divergência e coesão foram comparados e elevaram o nível de compreensão do Programa, além de contribuir significativamente para aprofundamento de alguns pontos específicos. Alguns trechos das respostas dos entrevistados foram utilizados na elaboração final do trabalho, para que, assim, fosse dada a oportunidade para se “ouvir a voz” dos entrevistados.

5.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA EFETUADA SOBRE O PROGRAMA AGENTES

Na análise dos dados notou-se a existência de algumas divergências de ideias entre os participantes e idealizadores do Programa, as quais serão mostradas no decorrer deste trabalho. Um dos objetivos de realizar as entrevistas com participantes e idealizadores do Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento foi revelar e analisar o grau de importância do Programa para quem dele participa ou já participou. Procurou-se também identificar os possíveis benefícios que o Programa tem proporcionado às pessoas envolvidas e o retorno disso para as cooperativas do Sistema Cresol.

As questões que se colocam nesse sentido são: para estimular a participação do cooperado, os Programas necessitam ser de cunho educacional ou formativo? E como esses Programas podem contribuir para o desenvolvimento da comunidade? E por fim, fez-se a análise do quinto princípio do cooperativismo, da educação, formação e informação. Esse tema recebeu uma atenção especial, não perdendo a forma crítica de observar o quão educador, formador ou informador é o Programa, dentro da lógica de educação cooperativista. A apresentação e discussão dos resultados obtidos foi dividida em seções, a seguir apresentadas, para a sua melhor compreensão e tendo em vista os objetivos do TCC.

5.2.1 Importância e benefícios do programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento na visão dos seus participantes e dos seus idealizadores

Dentre os participantes do programa Agentes, foi unânime a constatação sobre a relevância que o Programa possui nas suas vidas. Os benefícios desse Programa, elencados pelos entrevistados, demonstram que eles foram além da questão de melhoria da produção agrícola, ainda que a agricultura familiar seja um dos pilares dos debates promovidos pelo Programa.

De acordo com o material de apoio do Programa, elaborado pelo Sistema Cresol e Infocos, um dos grandes benefícios para quem participa do Programa Agentes é ter a oportunidade de receber e trocar experiências dentro da perspectiva do cooperativismo, qualificando a formação pessoal e também a rede de contatos com pessoas, entidades, universidades e organizações (INFOCOS, 2016). Além de formar lideranças que atuam diretamente na comunidade, o Agente pode ser escolhido para fazer parte da diretoria da cooperativa, ou conselho.

Os benefícios indicados pelos entrevistados vão muito além, referindo-se também à valorização e os conhecimentos adquiridos, que ajudam num processo de desenvolvimento pessoal. Seguem abaixo alguns comentários de participantes e de idealizadores do Programa, que se complementam de maneira positiva, demonstrando que ambos reconhecem o potencial do Programa Agentes na vida do Agente e da Cooperativa.

O Agentes traz muitas coisas boas para mim e minha família. Eu chego em casa e fico com vontade dividir com minha família o que eu aprendi. Com o Programa, em casa nós conseguimos nos organizar melhor financeiramente, pudemos guardar dinheiro para fazer uma viagem, de acordo com as técnicas que aprendi no Agentes (AGRICULTORA PARTICIPANTE).

Acredito que a participação dos agentes é de extrema importância para o Programa, pois aos nossos ouvidos chegam informações e críticas dos associados que provavelmente não chegam aos funcionários e demais responsáveis pela Cooperativa. Acredito que seja mais fácil para o sócio expressar o que pensa a outro sócio como ele, do que a um funcionário ligado diretamente ao órgão. E, desta forma, o Agente pode ajudar a cooperativa a melhorar e mudar o que for preciso (AGRICULTOR PARTICIPANTE).

O Programa Agentes traz autoestima para o participante. Há processo de reconhecimento e valorização da pessoa. Além de que o Agente vai ter informações privilegiadas da cooperativa, ele está tendo a condição de levar para comunidade uma informação preciosa. Ainda há a oportunidade de o beneficiário ser escolhido para participar de outras instâncias da Cooperativa, por um Conselho, por exemplo (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, MEMBRO DO INFOCOS).

Os Agentes foram os principais puxadores das políticas públicas como PAA [Programa de Aquisição de Alimentos], PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar], com isso se beneficiaram do ponto de vista econômico. Com toda certeza, o Programa de Agentes hoje, é a maior ação de formação de lideranças para os movimentos sociais das regiões onde tem Cresol. Pode-se também citar que a maioria das unidades familiares hoje consideradas referência são de Agentes da Cresol (IDEALIZADOR DO PROGRAMA).

Ao longo dos anos, com o crescimento da Cresol Águas Mornas e do Sistema Cresol em geral, houve a percepção de que os agricultores familiares associados às cooperativas tinham pouco conhecimento da proposta do cooperativismo solidário.

Assim, o Programa busca o resgate de lideranças comunitárias para discutir o que é o cooperativismo e contribui para que eles compreendam melhor as decisões da cooperativa local. Ainda que o crédito seja o produto carro chefe da Cresol, há muitas variáveis envolvidas nesse contexto que fazem repensar as suas ações e que podem melhorar o funcionamento do Sistema e da cultura cooperativista. Isso é salientado no trecho de entrevista, a seguir, obtida de um agricultor familiar sócio da Cresol e participante do Agentes:

Com esse grande dinamismo nos dias atuais, o valor da cooperação tem se perdido. Nós, os pequenos agricultores, temos que nos unir para poder alcançar alguma coisa na vida. E a cooperativa reflete isso, quando facilita o acesso ao crédito para pessoas que estavam excluídas dos grandes sistemas financeiros por não movimentarem valores grandes (AGRICULTOR PARTICIPANTE).

O trecho de entrevista acima evidencia o papel atual da cooperativa de crédito. Retrata a dificuldade de um passado vivido por muitos agricultores que estavam excluídos do sistema financeiro. A cooperativa de crédito acaba por assumir uma função fundamental, que é construir estratégias para que esse agricultor se organize e se desenvolva nos mais diversos aspectos de sua vida, e que deve ser compreendida dentro da ótica do sistema capitalista que o circunda. O desafio passa pela educação que a cooperativa pode e tem a capacidade de construir junto ao cooperado. A educação é um processo de constante produção de conhecimento que gera capacidade de pensar e viver o mundo, é um processo construído, onde o humano aprende e desenvolve capacidades essenciais para sua sobrevivência.

5.2.2 Compreensão dos objetivos do Programa pelos participantes e idealizadores

No que se refere à compreensão dos objetivos do Programa pelos participantes e idealizadores, pôde-se observar certa indefinição em relação ao papel no qual o Agente deve desempenhar. Acredita-se que essa situação é fruto de um sistema cooperativo em expansão (ainda em crescimento) e que é constantemente ajustado e adaptado às realidades locais e ao ambiente socioeconômico nacional e regional. Percebeu-se que na hora de aplicar a metodologia do Programa algumas lacunas foram encontradas, causadas tanto pelo mediador quanto pelo participante, revelando que a prática ocorre de forma distinta do que se espera nos manuais.

Faz parte das ações determinadas aos Agentes colaborar nos debates, conversas e estudos junto aos associados, sobre a organização do cooperativismo com interação solidária, desenvolvimento sustentável, agroecologia na lógica da agricultura familiar (INFOCOS, 2016). Como revelam os trechos de entrevistas realizadas com idealizadores do Programa, e como visto anteriormente, o papel do Agente, definido em material informativo, não se restringe apenas à divulgação da marca Cresol na sua comunidade:

O Agente é o caminho onde as informações podem fluir de forma direta, onde o Agente está na cooperativa para receber formação e trazer informações (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, MEMBRO DO INFOCOS).

O Agente foi sempre o espaço onde a cooperativa aprendeu mais do que ensinou (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, MEMBRO DO INFOCOS).

O Agente é um porta voz do cooperativismo, não da marca Cresol. Não dá para se restringir só na Cresol. Não podemos padronizar o padrão, reduzi-lo a uma lógica mercadológica (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, MEMBRO DO INFOCOS).

Apesar de haver atualmente uma definição mais clara dos papéis dos Agentes, antigamente isso não ocorreu, o que, na prática, pode ainda levar a se confundir essas funções em alguns

momentos. Por exemplo, antigamente o fortalecimento e a divulgação da marca e dos produtos comerciais da Cresol eram vistos como papéis do Agente. Mas, hoje esse tipo de atribuição parece não ter mais sentido, como retrata os comentários de pessoas que participaram da criação e dos constantes ajustes do Programa.

No início era difícil definir os papéis do Agente até para diretoria. Antigamente, chegou-se ao ponto de o Agente ser o vendedor de crédito e seguros. Ele podia decidir para quem emprestar o dinheiro. Então tivemos dificuldade para atender as diversas realidades (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, CRESOL BASER).

O objetivo era disseminar o cooperativismo. No início, o papel do Agente era ser gerenciador de crédito. Antes, o Agente tinha a função de ir na comunidade e preencher propostas do Pronaf, por exemplo, e tinha metas para cumprir isso. Tanto que antes o nome do Programa era Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito. Após perceber que esta função não cabia mais ao Agente, o nome do Programa foi mudado (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, CRESOL BASER).

Partindo-se de uma reflexão com bases na educação libertadora de Paulo Freire, o Agente necessita ser participativo. Deve apresentar-se como ator social, que detém o poder de transformar o meio em que vive. Deve ser ouvido para que haja mudança no modo da cooperativa enxergar aquela região e suas necessidades intrínsecas. Segundo idealizadores do Programa, o Agente é o espaço social onde se pode trazer os anseios do cooperado. Ao Agente cabe também trazer a dúvida do cooperado, que muitas vezes não tem a oportunidade de expressar-se com um dirigente.

Aqui se fala então da participação, do envolvimento do cooperado na tomada de decisão e fiscalização da cooperativa. Participação para além do envolver-se financeiramente na cooperativa, utilizando produtos e serviços, como cartão de crédito, cheque, seguro e outros.

De acordo com Ferreira e Silva (2015), às cooperativas cabe o papel de educar e capacitar os associados para a participação, seja em reuniões, palestras, programas de rádio ou outros. Construir espaços para o cooperado falar e expressar-se é fator essencial do cooperativismo, ainda quando os próprios cooperados não entenderem suas opiniões como relevantes. É principalmente nos espaços criados pelos programas educacionais da cooperativa que o associado tem a oportunidade de ouvir e ser ouvido e de desconstruir a perspectiva de sua subalternidade frente aos outros comunicadores.

Ainda segundo Ferreira e Silva (2015), os benefícios da participação geram empoderamento, autoconhecimento, valorização pessoal, tolerância e consciência coletiva. No entanto, no caso da cooperativa Cresol Águas Mornas, apesar da importância dessa participação ser evidente nos discursos dos proponentes do Programa Agentes, quando se analisa a operacionalização desse Programa, observa-se um desencontro de ideias.

De acordo com as informações coletadas no campo, ao mesmo tempo em que os dirigentes e idealizadores querem que o Agente seja participativo nos encontros, os próprios Agentes dizem não serem ouvidos pelos dirigentes das cooperativas. Os Agentes entrevistados alegam que, ainda que possam expressar sua opinião, esta parece não possuir relevância para cooperativa, pois não são levadas em consideração na hora das tomadas de decisões pela cooperativa. Em outras palavras, ainda que os idealizadores do Programa ressaltem em seus discursos essa importância da participação, os participantes ressaltam as limitações ainda existentes desse processo de construção coletiva. Esse sentimento é assim explanado por alguns cooperados e participantes do Programa Agentes:

Só vai fazer sentido o Programa, quando a Cooperativa o escutar, mesmo que pareça ser impossível a sua colocação. A interface entre a cooperativa e o Agente é fundamental. Se não, pode-se criar um diálogo de surdos (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, MEMBRO DO INFOCOS).

É fundamental a participação dos Agentes, nos encontros e nas Assembleias. Se não, ele acaba por ser um peso morto dentro do Programa, que não faz a diferença (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, CRESOL BASER).

Sinto que minha participação não é valorizada. Os encontros são somente para ganharmos informação, é um bate papo. Não é dado espaço para opinião (PARTICIPANTE DO PROGRAMA, COOPERADO).

Eu gostaria de ser mais ouvida. Que quem estiver a frente deixasse nós darmos a nossa opinião nos encontros (PARTICIPANTE DO PROGRAMA, COOPERADA).

Essa divergência de ideias pode gerar frustrações para os distintos atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento do Programa. A acumulação desses problemas pode acarretar em insatisfação do participante e afetar, de certa forma, a comunidade em que ele está inserido, já que ele é o elo entre cooperativa e cooperado. Como se pode observar nas seguintes reflexões dos participantes, essa é uma limitação crucial a ser resolvida na execução do Programa:

Acredito que o Agentes não é algo levado a sério pela Cooperativa. No início do cooperativismo até poderia ser importante para a Cooperativa, hoje, parece que não tem importância que deveria ter, parece que é uma obrigação. As autoridades Cresol Águas Mornas tinham que dar mais atenção para o grupo de Agentes, que é a vitrine da Cresol. Agente na comunidade tem um papel muito importante (PARTICIPANTE DO PROGRAMA, COOPERADO).

As minhas expectativas não são totalmente atendidas, pois muitas coisas vão para a Cooperativa sem passar pelos Agentes, e aí as pessoas perguntam as coisas para nós na rua e nós não sabemos responder, pois nem estamos a par da situação....Ficamos sabemos pela boca dos sócios (PARTICIPANTE DO PROGRAMA, COOPERADO).

O Agentes é a voz do povo! É quem está ligado diretamente com o povo. Nós é que somos cobrados diariamente. Então quando há mudanças, acredito que além de passar primeiramente pelo Conselho e colaboradores, deve chegar no Agentes também (PARTICIPANTE DO PROGRAMA, COOPERADO).

5.2.3 Retorno do Programa Agentes para a Cresol

De acordo com o caderno do Agente elaborado pela Central Cresol Baser e Infocos, as consequências das ações do Programa para as cooperativas Cresol são inúmeras. Segundo o material, a dinâmica de integração entre públicos e ações, permite com que o Programa agregue associados às cooperativas que o realizam e faz com que haja conhecimento do seu quadro social. Isso contribui para o fortalecimento das políticas de análise de crédito, a partir de critério técnicos e avaliações especializadas, o que evita prejuízos à cooperativa (INFOCOS, 2016).

Além disso, a Cresol realiza e mantém o Programa para garantir o fortalecimento dos seus associados frente a um projeto de desenvolvimento regional em que a cooperativa está inserida, sendo um forte instrumento para enfrentar desigualdades (INFOCOS, 2016).

O Programa Agentes é um espaço onde a cooperativa tem a oportunidade de conhecer melhor o seu associado, e compreender quais ações que deve realizar de forma a fazê-lo crescer e desenvolver-se. Ou mesmo, de caráter mais específico, saber qual tipo de crédito está deficitário naquela região e conhecer seu cooperado.

É a chance que cooperativa tem de ficar mais próxima do sócio e, em contrapartida, fazer com que este sócio se identifique com a cooperativa, no qual ambos têm a ganhar. Por meio dessa identificação, o cooperado poderá vir a ser fiel àquela cooperativa, num mundo de tantas ofertas de produtos, serviços e, inclusive cooperativas. Se olhar no âmbito apenas de produtos e serviços, na maioria das vezes, um agente bancário consegue oferecer serviços mais modernos e fáceis, se tiver interesse naquele público consumidor. Por isso, a cooperativa deve, acima de tudo, ser um diferencial para a comunidade.

Seguindo o sétimo princípio do cooperativismo, relacionado à preocupação com a comunidade, a Cresol compreende como importante a oferta desses espaços de construção de educação, como revelam a seguir os trechos de entrevistas realizadas com participantes e idealizadores do Programa Agentes:

Acredito que o envolvimento da Cresol com a comunidade independente de serem associados ou não, é de suma importância. O cidadão que não é associado, ao ver os benefícios e ações da cooperativa, por sua vez, passam a ter um olhar diferente para com a mesma. Acredito que esse processo de desenvolvimento e crescimento deve englobar a todos. Uma vez que o cidadão estiver bem, a cooperativa também estará e vice-versa (PARTICIPANTE DO PROGRAMA, COOPERADO).

Me parece que a preocupação com comunidade e cooperados deve ser de forma igual. Embora, no atual contexto da Cresol, tenha-se priorizado as necessidades dos cooperados em detrimento a comunidade, é uma decisão de elevado risco para o futuro da Cresol. Em um de seus Princípios do cooperativismo, se não me engano, o sétimo, o Comunitarismo, é uma das condições fundamentais para o sucesso do cooperativismo. A aposta nos indivíduos apenas, não garante que esse indivíduo estará amanhã na agricultura e no quadro social da Cresol. O desenvolvimento da comunidade, como um todo, cria um ambiente amplo que possibilita a abertura de diversas novas oportunidades, econômicas, sociais, organizativas, políticas, culturais, etc., que é fundamental para o sucesso de um projeto como esse da Cresol (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, CRESOL BASER).

Como será que aquela comunidade enxerga a Cresol? Uma parte acha que é uma cooperativa e a outra grande parte acha que é banco. Então, a Cresol precisa se inserir mais na comunidade. O Agente é um canal para intervir nessa diferenciação (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, INFOCOS).

Como explanado neste trabalho, sabe-se que os resultados financeiros da cooperativa estão intimamente ligados ao resultado socioeconômico dela. Segundo Schneider e Hendges (2006), a cooperativa deve gerar resultados, inclusive financeiros, dos quais os excedentes devem ser anunciados como à disposição dos associados. Ela deve reinvestir parte do dinheiro para melhoria de serviços para os associados (SCHNEIDER; HENDGES, 2006).

Porém, não há como separar totalmente o lado social/educacional do lado financeiro de uma cooperativa. Os dois andam juntos e interligados com o desenvolvimento de uma região. Então, analisando-se a partir de uma visão empresarial, o lado social tem o poder de sensibilizar o cooperado e, assim, pode ser que ele venha a adquirir distintos produtos e serviços de uma cooperativa que se preocupa com a comunidade dele.

Em uma visão sócio educacional, os benefícios são inúmeros. O lado social tende a construir identidade do associado com a cooperativa e gerar fidelidade dele. Além de que se estimula, por meio de programas educacionais únicos, a expansão de uma cultura educacional que trará diferencial para aquela comunidade. O Agente tem papel fundamental, equilíbrio econômico e social, na mediação, informação e construção coletiva de conhecimento na comunidade. Ele é um porta voz do cooperativismo. Para os atores sociais vinculados à Cresol, a diferença dessa cooperativa para as demais organizações bancárias não advém de uma menor taxa de juros, mas sim da identificação entre associado e cooperativa, da constituição do cooperativismo como identidade de uma comunidade em questão. Essas e outras reflexões podem ser visualizadas abaixo nos trechos de entrevistas:

O resultado econômico depende de uma ação socioeconômica. Eu construo a sensibilização do cooperado no momento que ele entende que cooperativa é algo dele, não é pelo produto e serviço, porque se for por produto e serviço ele vai ao banco e consegue algo mais fácil. É um conflito que temos. As pessoas

pensam o contrário, pensam que cuidando do econômico o social virá (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, INFOCOS).

Não podemos fazer o social e econômico mundos antagônicos. Eu só faço social com estrutura econômica desde que esse econômico vai dar respostas ao que os bancos não conseguem dar, desde que consiga incluir as pessoas, vai gerar desenvolvimento. Não se pode separar esses mundos (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, INFOCOS).

Muitas vezes, os funcionários também dificuldades de entender que o papel da Cooperativa vai para além do econômico. Especialmente os colaboradores mais novos, que não viveram a fase de construção inicial da Cooperativa em que a discussão sobre os seus ideais foi intensa, surge dificuldades nessa direção.

Cada dia que passa parece que devemos discutir a ação socioeconômica com os próprios funcionários. Eles, muitas vezes, não entendem isso. Não entendem porque nós não paramos para explicar a eles que aquele crédito que o colaborador está proporcionando vai gerar uma enorme diferença na vida daquela pessoa, que ela poderá mudar de vida. Claro que o funcionário pode ver que está cumprindo a meta, mas perceber que aquela família não pensa mais em sair do campo, conseguiu pagar uma faculdade, comprar maquinário (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, INFOCOS).

5.2.4 O Programa Agentes, de acordo com o quinto princípio do cooperativismo, e sua distinção de caráter educativo, formativo e informativo

Conforme explanado neste trabalho, o quinto princípio do cooperativismo ressalta a educação, a formação e a informação. Todas essas são essenciais para a sustentabilidade da cooperativa, entretanto, pouco se aprofunda sobre o real entendimento do princípio. Como se viu anteriormente, ainda que na teoria este princípio seja de fácil explanação, na prática a compreensão da relação entre cooperação e educação é de difícil execução.

Vale lembrar que segundo Frantz (2001), na organização cooperativa, a educação tem como base os interesses, as necessidades dos cooperados e os objetivos da associação de pessoas. Essa é a maior força pedagógica do processo educacional cooperativista.

No entanto, o Programa, diante de todo processo de participação e de evolução que busca, como demonstrado aqui, intitula-se como um Programa de formação, no qual deixa oculto a educação cooperativista que oferece a sua base social. Observa-se que não existe distinção entre formação e educação e de sua real necessidade quando se lê materiais sobre o Programa.

Nas definições do Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento pronuncia-se apenas a palavra formação, quando na verdade o processo tem cunho educacional predominante, que vai além da formação. Como se pode analisar na definição a seguir do Programa Agentes destacada pela Cresol Baser e Infocos, em seus materiais:

O Programa Agentes é um processo de formação desenvolvido pelo Sistema Cresol, visando o fortalecimento da cooperativa junto ao seu quadro social. [...] Criado em 2000, evidenciado pela necessidade de manter um processo organizativo e de formação, a partir da estrutura organizativa e social das cooperativas e entidades parceiras (INFOCOS, 2016).

Na pesquisa de campo realizada na Cresol Águas Mornas observou-se que esta não distinção entre formação e educação pode estar trazendo consequências como: não se valorizar devidamente a participação do Agente nos encontros, não levar adiante as propostas dos Agentes para os espaços de decisão da cooperativa.

Vive-se em um mundo globalizado e dinâmico, onde as mudanças ocorrem constantemente e a Cresol Águas Mornas não está isenta dessas transformações. Percebe-se, diante das respostas dos participantes entrevistados, que faltam os Agentes se sentirem incluídos nas discussões e serem ouvidos nos encontros, para se sentirem valorizados, já que eles representam o cooperado.

Se de um lado, para que o Agente não seja apenas mais um repassador de ideias é necessário que ele possua senso crítico, seja reflexivo sobre as discussões, de outro é crucial que ele seja de fato ouvido pelos dirigentes, colaboradores e conselho da Cooperativa. Somente nesse processo efetivo de mediação social serão tomadas as decisões que realmente favoreçam o cooperado, como corrobora o trecho de entrevista a seguir:

O Programa tem um perfil educativo. Ele não é um programa de treinamento. Aliás, esse sempre foi um dos pontos que provocava acaloradas discussões entre os dirigentes e os técnicos da área de educação. Sempre se primou para um processo de formação com análises reflexivas da realidade e, a partir dela, ser capaz de construir alternativas e soluções, sejam técnicas e/ou organizativas (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, CRESOL BASER).

O Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento traz muitos benefícios para a cooperativa que o realiza, porém identifica-se a necessidade de a Cooperativa que o executa de acompanhar a evolução da sociedade e ajustar os temas dados para os dias atuais, para que se tenha um cunho mais educativo na prática e não somente formativo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com fatos observados, este trabalho buscou aprofundar e contribuir para os estudos sobre educação cooperativista. E ressaltar a sua evolução e relevância, desde os primórdios do cooperativismo até os dias atuais.

Em relação ao primeiro objetivo específico proposto, no qual diz respeito a distinção do caráter educativo, formativo e informativo de acordo com o quinto princípio do cooperativismo, percebeu-se que a educação cooperativista é, na prática, ainda pouco entendida e até confundida com a formação cooperativista. Na própria literatura acadêmica a diferenciação entre uma e outra, embora exista, está ainda pouco explorada. Falta textos e reflexões que aprofundem a discussão dessa problemática, tão cara ao desenvolvimento das cooperativas. A ausência de clareza sobre isso para quem elabora e executa processos educativos no seu dia a dia acaba fazendo com que o potencial da educação cooperativista se perca. Muitas vezes o trabalho de uma cooperativa que se diz educativo acaba se concentrando em ações de formação/capacitação ou em processos de cunho meramente informativo.

Também é verdade que é um grande desafio ter um programa de formato educativo, que possa ser aplicado nas diversas realidades de um país como Brasil, de norte à sul. Porém, existem alguns materiais, cartilhas e cadernos para ajudar as cooperativas a executar a educação cooperativista e ajustá-la às suas especificidades, os interesses dos associados e as perspectivas de desenvolvimento. Uma pessoa que vai participar de uma cooperativa e desconhece o princípio de educação, por exemplo, pode menosprezar o real sentido da cooperativa em sentido mais amplo.

Diante dos fatos abordados, pode-se perceber que a educação cooperativista, realmente acontece quando há disposição para a superação de desafios por parte de todos os envolvidos, como, os dirigentes, colaboradores, cooperados.

De acordo com o objetivo específico voltado a relevância do Programa Agentes, a pesquisa identificou que o referido Programa é um dos mais importantes e antigos do Sistema Cresol. Ele tem função nobre e transformadora na comunidade local, pois possibilita o envolvimento da comunidade com a cooperativa, quando explorado seu potencial. O que o torna único. É um Programa, que por ser executado com base em teorias educacionais, ainda é pouco compreendido como uma poderosa ferramenta de desenvolvimento da sociedade local e da cooperativa que realiza o operacionaliza. O programa é aliás, é um processo de formação com análises reflexivas da realidade. Ou seja, muito além da restrita formação volta-se à uma construção social de caráter educacional.

No que diz respeito ao terceiro objetivo específico proposto, sabe-se que a formação de lideranças na qual o Programa se propõe é um trabalho de longo prazo, em permanente construção. Um líder não nasce sabendo ser líder e tampouco não pode ser formado líder num curto espaço de

tempo. O Programa, quando executado pela cooperativa, deve obedecer um cronograma específico de encontros mensais do grupo, para que haja um ritmo de trabalho, e a continuidade do processo de suscitação de reflexão, aprendizado e trocas.

Um líder em construção questiona, se envolve, aprende, provoca e é capaz de transformar. E sua educação é um processo contínuo, o qual pode ser desenvolvido por meio de estímulos como o Programa Agentes. O incitar da formação, da educação de atores sociais transformadores de realidades locais é a oportunidade de ouro que todas as cooperativas singulares deveriam aproveitar para ficar próxima do seu quadro social e diferenciar-se de fato de um banco, fazer jus a sua denominação social: Cooperativa de crédito rural com interação solidária.

De uma perspectiva macro, atualmente, parece que a questão chave não está somente em quem dá as diretrizes para o Programa e nem em quem participa como Agente, mas pode estar em quem lida com o Programa diariamente, como os coordenadores do Agentes Comunitários de Desenvolvimento na Cooperativa, por exemplo. Este, deve receber certo nível de educação cooperativista para acompanhar a realidade que se vive hoje dentro do Sistema Cresol. Arrisco a dizer que não somente este, mas todos os diretores, colaboradores e atuantes diários das cooperativas (desde o caixa, analista de negócios ao conselheiro) poderiam estar mais inseridos dentro do mundo do cooperativismo solidário, assim conseguiriam refletir sobre o que estão fazendo no dia a dia bem como os objetivos que pautam suas ações cotidianas.

As pessoas vinculadas ao Sistema Cresol que lidam com os processos de formação e educação cooperativista poderiam ser bem mais atuantes nas instâncias da Cresol, vestindo a camisa da cooperação, mesmo que isso seja um desafio diário. Por isso, além do material de apoio que guiará os primeiros passos a serem dados pelo grupo, é fundamental que haja, no mínimo, uma pessoa especialista nesta área formativa educacional dentro das cooperativas.

E os dirigentes deveriam olhar com mais atenção e valorizar os processos de educação na sua cooperativa. Se eles apostassem na ideia de que todo o resultado financeiro da organização começa por um resultado socioeconômico, e que este é o diferencial do movimento do cooperativismo solidário, poderia haver mais valorização dessa perspectiva de educação.

Por meio deste trabalho, pode-se analisar os processos educacionais cooperativistas, como mencionado no objetivo geral da pesquisa, e observar que as pessoas do quadro social da cooperativa analisada necessitam passar por este processo de transformação. Essa não valorização substancial dos processos educativos como tais não é exclusividade do Sistema Cresol. É sabido que a educação nos países de cultura ocidental, em especial no Brasil, ainda tem muito a ser modificada até que, de fato, os indivíduos se construam como parte de uma sociedade reflexiva, questionadora e transformadora. A própria cultura cooperativista, ainda muito pouco difundida no Brasil, influencia e recebe influência deste pouco interesse dado a educação libertadora.

Nesse sentido é possível identificar as percepções dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento da Cresol de Águas Mornas e entender que sua caminhada educacional está apenas começando. De acordo com que se pode observar, Águas Mornas é uma cooperativa exemplo no avanço dos processos de educação dentro do Sistema Cresol, que vem se esforçando para que isso aconteça de fato. Sabe-se que os desafios diários da Cooperativa não estão resumidos ao trabalho dos Agentes, pois construir cooperativismo é desafiador nos dias atuais. Cooperativismo é uma filosofia de vida. Construir cooperativismo é renúncia, do individualismo, egocentrismo. É um trabalho a passos largos, nobre e cada vez mais necessário para população.

7 REFERÊNCIAS

AMODEO, N. B. P. **As cooperativas agroindustriais e os desafios da competitividade.** Seropédica/RJ. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999.

BITENCOURT, M; AMODEO, P.; BEATRIZ, N.; VALADARES, H; MUNIZ, J., NORBERTO, J. Cooperativismo nos garimpos: potencialidades e limitações a partir de um estudo de caso. **Organizações Rurais & Agroindustriais** [en linea] 2010, 12 (Septiembre-Diciembre). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87816935006>>. Acesso em: 21 de set. 2017

BONI, V; QUARESMA, S, J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis**, v. 2, n. 1, p.68-80, jan. 2005. Semestral.

BURIGO, L.F.; **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Editora Argos, Chapecó, 137 p. 2007.

FERREIRA, G. M.V.; SILVA, D.F.; **Educação cooperativista.** Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2015, 65p.

FLEURY, M. T. **Cooperativas e produtores agrícolas em uma sociedade capitalista.** São Paulo: Tese de Doutorado, USP, Departamento de Sociologia. 1980.

FRANTZ, W. **Educação e cooperação:** práticas que se relacionam. Sociologias. Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 242-264. 2001.

FRANTZ, W. Organização cooperativa. Campo de educação e espaço de poder. *In: Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v. 37, n. 119, Série Cooperativismo n. 52, pp. 65-84. 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 27ª ed., São Paulo, Editora Paz e Terra, 184 p. 1987.

FREIRE, P. **Educação para Paulo Freire,** 2015. Disponível em <<http://www.portalmetropole.com/2015/05/brasil-completa-18-anos-sem-paulo.html>>. Acesso em: 14 de ago. 2017.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO (Paraná). Infocos. **Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento: Cresol comunidade: caderno do agente v. 2.** Francisco Beltrão: Grafisul, 2016. 78 p.

MACHADO, C. L. B., CAMPOS, C.S, PALUDO, C.; **Teoria e prática da educação do campo.** Análises de experiências. MDA, 236 p., Brasília, 2008.

OECO. **O que é Desenvolvimento Sustentável.** Dicionário Ambiental. Rio de Janeiro, ago. 2014. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28588-o-que-e-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 21 de out. 2017.

PERCÍLIA, E. **"Robert Owen"**; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/biografia/robert-owen.htm>>. Acesso em: 05 de set. 2017.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista.** Suas modificações e sua utilidade. São Paulo: Pioneira Editora. 1966.

RECH, T.D.; Infocos. **Gercoop: capacitação em gerenciamento de cooperativas de crédito: modulo V: fundamentação do cooperativismo: evolução, histórico e perspectivas.** 2. ed. Francisco Beltrão: Grafisul, 2017. 244 p.

RUAS, E.D., **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável (MEXPAR),** EMATER, MG, 2006. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2099413/mod_resource/content/0/LIVRO%20MEXPAR.pdf> Acesso em 13 de out. 2017.

RODRIGUES, R.S. **Breve reflexão: a natureza jurídica da Lei nº 5.764/71.** Int. Públ. - IP, Belo Horizonte, ano 14, n. 72, p. 221-230, mar./abr. 2012.

SCHNEIDER, J.O.; **Democracia, participação e autonomia cooperativa.** 2 ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

SCHNEIDER, J.O.; HENDGES, M. **Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação.** Revista Economia solidária e Ação cooperativa. p. 33-48. Unisinos, São Leopoldo, RS, 2006.

NETO, A.B.R., **Redes Empresariais**: uma estratégia moderna para aumentar a competitividade das empresas no mercado. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/42B1A82589F7F63C03256FE9006CF531/\\$File/NT00031546.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/42B1A82589F7F63C03256FE9006CF531/$File/NT00031546.pdf)>. 2004. Acesso em: 25 de set. 2017.

SILVA, S. B. S. **Cooperativismo e Economia solidária**. Um estudo de caso junto à cooperativa de Badameiros de Feira de Santana – COOBAFS. PUC – SP, 2015. Disponível em:< <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/9265/1/Simone%20Barbosa%20de%20Santana%20Silva.pdf>>. Acesso em: 12 de nov. 2016.

VALDEMIRO, K. **Cooperativismo**: alguns detalhes no decorrer dos tempos, Editora Grafiti, Francisco Beltrão, PR, 2009.

ZANCO A.M.; COLTRE S. M.; Gestão do conhecimento nas cooperativas. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas** - RGC, v.3, n.5, jan/jun. 2016. Colégio Politécnico da UFSM, Santa Maria - RS.

8 APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO – ENTREVISTA COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

- 1) Nome do entrevistado:
- 2) Qual a sua idade:
() Menos de 30 anos () Entre 30 e 60 anos () Mais de 60 anos
- 3) Sexo? M () F ()
- 4) Qual o tipo de crédito ou serviços que você já utilizou/utiliza da Cresol?
- 5) Você participa regularmente dos encontros do programa Agentes realizados pela Cresol?
SIM () NÃO ()
- 6) Por quanto tempo você participou ou participa do programa Agentes? Se participou, quais os motivos que o levaram a deixar o programa?
- 7) Você sente que a sua participação nos encontros é relevante para as decisões na cooperativa? Por quê?
- 8) As suas expectativas em relação aos temas dos encontros do programa Agentes, foram/ estão sendo atendidas?
- 9) Você considera que esse programa é importante em termos educacionais? Que aprendizados ele trouxe para você, para a família ou para a comunidade?
- 10) Cite alguns benefícios que o programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento da cooperativa Cresol está agregando/agregou para uma melhor qualidade de vida para você e sua família?
- 11) Você acredita que o desenvolvimento da comunidade em geral deve ser prioridade para a Cresol? Ou ela deve atender somente as necessidades dos cooperados /sócios?
- 12) O que você acrescentaria ou mudaria no programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento?
- 13) De uma Nota de 0 a 5 para o nível de importância dos programas educacionais em geral da Cresol Aguas Mornas.
- 14) Gostaria de fazer algum comentário final?

9 APÊNDICE II

QUESTIONÁRIO – ENTREVISTA COM IDEALIZADORES DO PROGRAMA AGENTES

- 1) Nome do entrevistado:
- 2) Qual a sua idade:
 Menos de 30 anos Entre 30 e 60 anos
 Mais de 60 anos
- 3) Sexo? M F
- 4) Qual seu vínculo com a Cresol?
- 5) Como surgiu a ideia de criação do programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento?
- 6) Quais foram os desafios da implantação do programa no início do processo?
- 7) Cite alguns benefícios que o programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento da cooperativa Cresol agregou /agrega na vida do beneficiário e sua família?
- 8) Você sente que a participação do beneficiário nos encontros é relevante para as decisões na cooperativa? Por quê?
- 9) Quais os gargalos do programa nos dias atuais?
- 10) Em que medida o desenvolvimento da comunidade deve ser prioridade para a Cresol? Ou ela deve priorizar as necessidades dos cooperados?
- 11) Você considera que o Programa tem um perfil educativo ou caracteriza-se como um programa de formação, voltado à capacitação/treinamento?
- 12) O que você acrescentaria ou mudaria no programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento?
- 13) De uma Nota de 0 a 5 para o nível de importância dos programas educacionais em geral da Cresol Aguas Mornas.
- 14) Gostaria de fazer algum comentário final?